

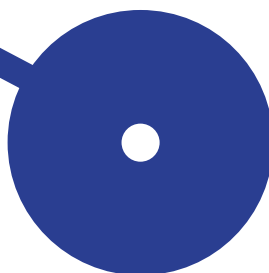


MESTRADO em Educação e Intervenção Social
Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos

Além do palco: Um/a norte/ada de inclusão e resistência - Um projeto de Intervenção e inclusão de adultos institucionalizados

Casimiro Aires Ferreira Machado

09/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Casimiro Aires Ferreira Machado

Além do palco: Um/a norte/ada de inclusão e resistência.

**Um projeto de intervenção e inclusão de adultos
institucionalizados.**

Relatório de Projeto

**Mestrado em Educação e Intervenção Social- Desenvolvimento Comunitário e Educação de
Adultos**

Orientação: Prof.^a Doutora Ivaneide Mendes

Porto, setembro de 2025

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas e entidades que tornaram possível a concretização deste projeto e a elaboração deste trabalho. Esta jornada, marcada por desafios e conquistas, não teria sido possível sem o generoso apoio de muitos.

Os meus mais sinceros agradecimentos ao grande amor da minha vida, a minha esposa Fátima. A Sua dedicação, compreensão e amor foram o meu alicerce durante todo o processo desta jornada, não há palavras que possam descrever o quanto sou grato por tê-la ao meu lado.

Quero também agradecer à intuição acolhedora deste projeto, à sua direção, equipa técnica, utentes e voluntários, que se envolveram e se transformaram em dedicados participantes neste projeto.

Por fim, quero agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Ivaneide Mendes, pela sua valiosa orientação, paciência e sabedoria ao longo de todo o projeto, o que tornou possível a sua conclusão. Devo aos seus conhecimentos e seu sacrifício, além disso, o espírito que sempre me incentivou a ser mais e a procurar a excelência, agradecimento este que estendo à instituição académica, onde sempre me senti acolhido, bem como a todos os professores e colegas com quem tive oportunidade de conviver e aprender.

RESUMO

O projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada) de Inclusão e Resistência” procurou promover a inclusão social e a reintegração comunitária através do teatro. Utilizando atividades teatrais como improvisações e jogos de representação, o projeto estimulou a expressão emocional e a exploração da identidade, fortalecendo competências interpessoais e sociais essenciais para relações saudáveis. Através da arte, os participantes desenvolveram resiliência e aprenderam a enfrentar os desafios do dia-a-dia de forma mais positiva.

O envolvimento em atividades criativas e colaborativas favoreceu o desenvolvimento de competências sociais e emocionais, o projeto desenvolveu a consciência socialmente orientada da comunidade, aumentando a sensibilização para problemas críticos como o abuso de drogas e a dependência de substâncias psicoativas, as práticas criminosas e violentas, a privação de filiação social, o jogo compulsivo e a prostituição, a desigualdade de gênero e a exclusão social de uma pessoa em situação de sem-abrigo ou que vive na rua e com deficiência.

O projeto também procurou promover a ação coletiva da comunidade contra estas questões para alcançar a justiça social e incentivou a participação ativa em ações comunitárias, como voluntariado e atividades de direitos humanos, promovendo o desenvolvimento pessoal e social.

Ao oferecer um espaço seguro e inclusivo, permitiu que os participantes se expressem livremente, recuperassem a dignidade e se reconectassem com a sociedade. Tornam-se protagonistas das suas próprias histórias, reavendo o controle sobre suas vidas e construindo um futuro com mais autonomia e sentido

Palavras-chave: Inclusão Social; Teatro Comunitário; Desenvolvimento Pessoal; Reinserção Comunitária; Sensibilização Social.

ABSTRACT

The project “Beyond the Stage: A *Nort(ada)* of Inclusion and Resistance” aimed to foster social inclusion and community reintegration through theatre. Using activities such as improvisations and role-playing games, it encouraged emotional expression and identity exploration, while strengthening the interpersonal and social skills essential for building healthy relationships. Through art, participants developed resilience and learned to face everyday challenges with a more positive outlook.

Engagement in creative and collaborative activities fostered the development of social and emotional competences. The project nurtured the community’s socially oriented awareness, raising sensitivity towards critical issues such as drug abuse and dependence on psychoactive substances, criminal and violent practices, deprivation of social affiliation, compulsive gambling and prostitution, gender inequality, and the social exclusion of individuals who are homeless or living on the streets and with disabilities.

Furthermore, it sought to stimulate collective community action to address these challenges in pursuit of social justice. It encouraged active participation in community initiatives such as volunteering and human rights activities, thereby contributing to both personal growth and broader social development.

By providing a safe and inclusive environment, the project enabled participants to express themselves freely, restore their dignity, and reconnect with society. They became active agents in their own narratives, claiming control over their lives and working towards a future with greater autonomy and purpose.

Keywords: Social inclusion; Community Theatre; Personal Development; Community Reintegration; Social Awareness.

LISTA DE TABELAS/ILUSTRAÇÕES/SIGLAS

CAE - Comunidade de Aprendizagem de Adultos

IAP- Investigação-Ação Participativa

DCA - Desenvolvimento Comunitário e Adultos

TPE - Taxa de Participação em Educação

NCC - Nível de Conclusão de Cursos

RSI - Redes Sociais e Impacto

FAE - Fortalecimento do Capital Social

APA - Abordagem Participativa no Aprendizado

ECR - Educação Comunitária e Resistência

ICC - Impacto nas Comunidades Circunvizinhas

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	IV
ABSTRACT	V
LISTA DE TABELAS/ILUSTRAÇÕES/SIGLAS.....	VI
ÍNDICE.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	4
1. PARA COMPREENDER A REALIDADE SOCIAL.....	4
1.1. POBREZA, DESQUALIFICAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL.....	6
1.2. RUPTURA DE LAÇOS SOCIAIS E VULNERABILIDADES.....	10
1.3. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DE MARGINALIZAÇÃO	13
1.4. IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	15
1.5. AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E A RECONSTRUÇÃO DE VIDAS	16
2. CONTRIBUTOS METODOLÓGICOS PARA O PROJETO	20
2.1 A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA UMA METODOLOGIA INTERATIVA E RESPONSIVA	20
2.2 A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	23
2.3 AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA NO DECORRER DOS PROJETOS.....	26
CAPÍTULO 2. O PROJETO ALÉM DO PALCO: UM/A NORTE/ADA DE INCLUSÃO E RESISTÊNCIA	31
1. A ASSOCIAÇÃO ACOLHEDORA DO PROJETO	34
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO	34
1.2 OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO ACOLHEDORA DO PROJETO	36
1.3 PERFIL DA ASSOCIAÇÃO.....	39
1.4 CARACTERÍSTICAS ATUAIS E RECONHECIMENTO.....	40
1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO	41

1.6	ATIVIDADE E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO.....	43
1.6.1	ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E EDUCAÇÃO SOCIAL	43
1.6.2	CUIDADOS DE ENFERMAGEM E ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	44
1.6.3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS AÇÕES	46
1.7	PERFIL DOS PARTICIPANTES E DESAFIOS ENFRENTADOS	48
1.7.1	TIPOS DE SUJEITOS PARTICITANTES	50
1.7.2	SUJEITOS ENTREVISTADOS	54
1.8	BARREIRAS SOCIECONÓMICAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ABORDAGENS	57
2.	ANÁLISE DA REALIDADE.....	59
3.	O DESENHO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	65
3.1.	A FINALIDADE	65
3.2.	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS E AÇÕES.....	65
3.3.	ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO E REINSERÇÃO: O TEATRO	69
3.4.	DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	72
4.	AVALIAÇÃO DO PROJETO.....	85
	CONCLUSÃO.....	89
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICES.....	97
	APÊNDICE A – ABORDAGEM SOBRE A HABITAÇÃO.	98
	APÊNDICE B – CARTAZ	99
	APÊNDICE C - CONVITE	100
	APÊNDICE D - INÍCIO DO ESPETÁCULO	101
	APÊNDICE E – CENAS DO ESPETÁCULO	102
	APÊNDICE F – AGRADECIMENTO AO PÚBLICO NO FINAL DO ESPETÁCULO	106

INTRODUÇÃO

Este relatório insere-se no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, com especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, da Escola Superior de Educação do Porto (ESE Porto). O projeto “Uma Nortada de Inclusão e Resistência” foi desenvolvido numa instituição que acolhe ex-reclusos, pessoas com historial de consumo de substâncias (lícitas e ilícitas), indivíduos em situação de sem-abrigo e com problemas de saúde mental. Estes grupos enfrentam frequentemente situações de exclusão social, discriminação e desfiliação, sendo essencial criar respostas educativas e sociais que promovam a sua inclusão.

Decorrido entre outubro de 2023 e julho de 2024, o projeto teve como objetivo central contrariar processos de marginalização e fomentar a participação ativa e digna na sociedade. A intervenção educativa foi concebida como uma estratégia de capacitação pessoal e social, onde a aprendizagem ao longo da vida desempenhou um papel fundamental no reforço da autoestima, na construção da identidade e no desenvolvimento de competências que possibilitam uma reintegração social sustentável.

O teatro foi escolhido como ferramenta pedagógica e social, não apenas como forma de expressão artística, mas como meio de transformação pessoal e comunitária. A prática teatral, baseada em dramatizações, improvisações e criação de cenas, proporcionou aos participantes um espaço seguro para expressarem emoções, reconstruírem a identidade e desenvolverem competências sociais. Este processo teve um efeito terapêutico, permitindo-lhes confrontar traumas, explorar o passado e projetar um futuro com mais esperança e sentido de pertença.

A metodologia adotada envolveu participantes vulneráveis, em situação de sem-abrigo, ex-reclusos reincidentes, migrantes em situação precária, pessoas com dependências e indivíduos marginalizados por razões sociais, económicas ou culturais. O teatro criou um espaço inclusivo, onde cada pessoa pôde ser escutada e valorizada. Foram promovidas competências como assertividade, empatia, resiliência, escuta ativa e cooperação, essenciais para a reconstrução de relações saudáveis e para a vida em sociedade.

A inclusão social foi um dos pilares do projeto. O teatro, ao permitir uma expressão livre e não julgada, construiu pontes entre os participantes e o mundo que os rodeia, gerando sentimento de pertença e fortalecendo laços comunitários. Além disso, fomentou redes de apoio mútuo, promovendo um ambiente de solidariedade e confiança, indispensável à recuperação e reintegração de populações em situação de risco.

Outro aspecto relevante foi a sensibilização social promovida através das apresentações públicas e eventos criados pelos participantes, que abordaram temas como exclusão social, dependência, prostituição, violência, criminalidade, desigualdade de gênero e discriminação de minorias. Estes momentos proporcionaram ao público uma experiência empática e reflexiva, contribuindo para o diálogo social e a consciencialização coletiva.

O projeto também procurou estimular a participação ativa dos indivíduos na vida comunitária. Ao promover a agência individual e a responsabilização dos participantes, foram criadas condições para que assumissem um papel ativo na procura de soluções para os problemas sociais que enfrentam. O teatro revelou-se, assim, um meio eficaz de mobilização comunitária e promoção da cidadania.

Este relatório está estruturado em dois capítulos principais. O primeiro aborda o enquadramento metodológico e teórico do projeto, com a explanação dos principais conceitos, autores e modelos que sustentaram a intervenção. O segundo capítulo descreve a realização prática do projeto, incluindo o perfil dos participantes, os critérios de seleção, as atividades desenvolvidas, os recursos utilizados, os desafios enfrentados e os resultados alcançados. O relatório conclui com uma avaliação crítica do projeto, a apresentação das referências bibliográficas e os apêndices que documentam as atividades e reflexões realizadas.

Este trabalho pretende demonstrar como o teatro pode ser uma poderosa estratégia de intervenção social, capaz de transformar vidas e fortalecer comunidades. Ao articular desenvolvimento pessoal, inclusão social e participação ativa, o projeto revelou-se um contributo relevante para a construção de sociedades mais justas, coesas e humanas

CAPÍTULO 1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1. PARA COMPREENDER A REALIDADE SOCIAL

Neste capítulo, damos início à análise que orienta o presente projeto, centrando-nos nos temas da pobreza, da desqualificação e da exclusão social. Procuramos compreender de que forma fatores como o desemprego persistente, a precariedade laboral ou o acesso limitado a serviços e oportunidades afetam a vida de indivíduos e comunidades, especialmente daqueles que se encontram afastados dos centros urbanos e de decisão. Nos capítulos seguintes, exploraremos aspetos como a fragilização dos laços sociais, o aumento das vulnerabilidades e os desafios específicos enfrentados por pessoas em situação de marginalização, incluindo aquelas que vivem em situação de sem-abrigo. Será também discutido, com base na literatura consultada e nas experiências recolhidas no trabalho de campo, o papel das comunidades terapêuticas enquanto estratégia de intervenção para responder a parte destes desafios. Estes temas servirão de pano de fundo para fundamentações teóricas de intervenções práticas destinadas a promover a inclusão e a reforçar a capacidade de resiliência nestas populações fragilizadas.

Para abordar a pobreza é necessário ter em conta aspetos sociais, culturais e psicológicos, visto que a mesma vai muito além da ausência de bens materiais. Muitas vezes conduz à desqualificação, um termo que reflete a perceção social mais ampla dos indivíduos como indignos e incapazes de participar plenamente na vida comunitária. (Regeres, 1961) define a pobreza não apenas em termos económicos, mas como uma falta de capacidades básicas que permitam às pessoas devolver o poder de sair da situação de indivíduos marginalizados, para que possam recuperar o controlo das suas vidas e realmente viver uma vida melhor. A desqualificação é especialmente perniciosa porque não só mantém as barreiras que as pessoas enfrentam, como também as torna ainda mais integradas nestes ciclos de pobreza e exclusão.

A desagregação do tecido social é uma parte importante deste debate. As relações sociais são fundamentais para a existência humana, proporcionando apoio emocional, recursos e o

sentimento de pertença. As redes sociais das pessoas tendem a enfraquecer ou a desmoronar-se totalmente quando empobrecem e colapsam por muitas razões, tais como: tensão económica, estigma, perda daqueles lugares neutros onde as pessoas podem encontrar-se e conhecer-se. (da Costa, 1998) define a exclusão social não apenas como resultado da pobreza, mas de processos inter-relacionados que acumulados criam desvantagens ao longo da vida. E quando estes laços sociais se perdem, as pessoas tornam-se ainda mais vulneráveis, o que, por sua vez, torna ainda mais difícil quebrar o ciclo da pobreza.

As pessoas em situação de sem-abrigo marginalizadas enfrentam desafios únicos que agravam as suas experiências de pobreza e exclusão. O estigma associado à designação de “vagabundo” contribui para reforçar o isolamento, uma vez que a sociedade tende a desumanizar e, por vezes, a criminalizar as pessoas que vivem nessa condição. Tal como referem (Marlatt e Donovan, 2005), as pessoas em situação de sem-abrigo enfrentam não apenas a privação material, mas também um sofrimento psicológico profundo, resultante da exclusão social a que estão sujeitas. Esta realidade pode conduzir a sentimentos persistentes de desesperança e depressão, agravados pela perceção de inexistência de alternativas viáveis para alterar a situação. A ausência de habitação estável limita o acesso a serviços essenciais, como cuidados de saúde e educação, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão (Apêndice A –Abordagem sobre a habitação).

A compreensão destas experiências exige também uma análise da identidade e da representação social. Em alguns casos, atitudes e estereótipos associados à exclusão são interiorizados pelos próprios indivíduos, o que pode reduzir a autoestima e enfraquecer a perceção de controlo sobre as suas vidas. Assim, grupos estigmatizados acabam por incorporar o rótulo depreciativo da sua condição, utilizando-o contra si próprios, o que dificulta a sua capacidade de se expressarem e de procurarem apoio. De acordo com (Bronfenbrenner,1979), o capital social — entendido como o conjunto de recursos provenientes das redes sociais — desempenha um papel fundamental na construção da identidade e na ampliação das oportunidades de vida. Os indivíduos com fraco capital social podem evidenciar dificuldade em aceder aos sistemas de apoio e em estabelecer ligações significativas que possam ajudar na sua recuperação ou reintegração na sociedade. Nesse

sentido, o projeto, neste documento relatado, também procurou incorporar os princípios da CT (Comunidade Terapêutica), no dia-a-dia dos participantes e assim os capacitar a lidar com o mal-estar da pobreza, da privação de direitos e do ostracismo social. Com uma atmosfera segura e de apoio, procurou-se ajudar os participantes a superar as suas inseguranças e a aprender as capacidades para voltarem a funcionar na sociedade, os quadros teóricos delineados neste capítulo serviram de bússola orientadora para as nossas intervenções práticas, garantindo que estamos enraizados na compreensão das complexas dinâmicas sociais que impactam as vidas daqueles que procuramos ajudar. Acresce que as comunidades terapêuticas surgem como um método de intervenção para enfrentar os meandros da pobreza, da desqualificação e da exclusão social. Todas estas são comunidades estruturadas nas quais o indivíduo pode encontrar segurança, aprender competências de *coping* e sentir aceitação. (Fiske, 2014) afirma que o propósito de uma comunidade terapêutica é promover o crescimento pessoal através da responsabilidade coletiva e da entreaajuda. Nestes ambientes, os indivíduos são encorajados a enfrentar os seus desafios, enquanto recebem o apoio emocional e psicológico de que necessitam para se curarem. O carácter interpessoal destas “comunidades terapêuticas” permite o desenvolvimento de laços sociais que podem ser transformadores, fortalecendo e permitindo aos indivíduos retomar as suas histórias.

Para concluir, esta análise da pobreza, da desqualificação e da exclusão social mostra que se trata de uma teia muito complexa de dinâmicas sociais que deve ser abordada com cuidado e conhecimento. Desde a erosão dos laços sociais à situação difícil dos desfavorecidos, ao papel da identidade e da representação social, obtemos uma visão sobre os obstáculos que as pessoas devem ultrapassar na vida. A intervenção das comunidades terapêuticas proporciona um caminho para a reabilitação e o fortalecimento dos indivíduos, razão pela qual o trabalho desenvolvido no âmbito do nosso projeto tem como objetivo incluir e fortalecer os que mais sofrem o impacto da exclusão social. Esta base teórica permite-nos compreender, mas também agir para fazer a diferença na vida das pessoas e das comunidades que são atingidas pela pobreza e pela exclusão social.

1.1. POBREZA, DESQUALIFICAÇÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza está incorporada na estrutura social e surge de uma distribuição inadequada da riqueza por todos aqueles que vivem em sociedade. A pobreza é mais do que a economia, a pobreza representa um fracasso por parte da sociedade, das instituições e das políticas em distribuir os recursos e as oportunidades de forma igual. É também o centro de um círculo vicioso, alterando as probabilidades relacionadas com o acesso à educação e aos cuidados de saúde e à criação de emprego que torna a pobreza inevitável.

De acordo com (Sem, 1999), compreender a pobreza exige ir além da simples avaliação do rendimento, pois esta envolve limitações no acesso a capacidades indispensáveis para viver com dignidade. (Duarte, 2016) complementa esta visão, salientando que estar em situação de pobreza significa perder liberdades efetivas: desde a possibilidade de escapar à fome ou à desnutrição até à superação das barreiras que o analfabetismo impõe à participação plena na vida política. Assim, a pobreza não é apenas uma questão de aumentar o rendimento dos pobres; implica ajudá-los a atingir essas capacidades elementares que podem melhorar os seus padrões de vida e reforçar a sua participação nas atividades da sociedade. Isto não deixa dúvidas: os esforços para reduzir a pobreza não precisam de ser limitados por enquadramentos económicos ou baseados no emprego e devem, em vez disso, alinhar-se com soluções criativas que abordem estrategicamente as formas como as pessoas, as famílias e às comunidades inteiras podem ultrapassar o clima inibitório em que vivem.

Na obstante, a injustiça social, que origina exclusão social, não é apenas um resultado da pobreza, mas também o resultado de muitos processos inter-relacionados e interligados que reforçam as desvantagens ao longo do tempo. A exclusão social é a negação mais ou menos sistemática de recursos, direitos e acesso a bens sociais por parte de grupos específicos da sociedade; proibindo a participação igualitária na vida social. A exclusão social é definida por (da Costa,1998) como um processo cumulativo em que certos grupos de pessoas são estruturalmente marginalizados das atividades centrais a que a participação social dá acesso. Esta desconexão é geralmente baseada na identidade no que diz respeito à raça, gênero, etnia, localização geográfica ou questões estruturais semelhantes ao horizonte de recursos limitados de oportunidades de educação e empregabilidade. Por esta razão, estes grupos

enfrentam impedimentos estruturais que servem para as impedir de participar plenamente na vida social e económica.

A redução da exclusão social exige uma perspetiva a vários níveis que deve ser informada pela interseccionalidade dos diferentes níveis da sociedade. Isto inclui compreender como o rendimento, a educação, a saúde e o capital social se sobrepõem para produzir desvantagens socioeconómicas. Se tiver acesso limitado à saúde, por um lado, e não tiver educação ou tiver aqui uma educação de baixa qualidade, isso limita as suas perspetivas de emprego; afetará também não só algumas dimensões da vida familiar, mas também uma série de redes sociais e em geral tornar-se-á prejudicial. Dada a complexidade da exclusão social, são necessárias estratégias sistemáticas, em vez de intervenções pontuais, mas sim medidas causais num quadro mais vasto de políticas que contribuam para a inclusão e a equidade.

A limitação no acesso à educação e aos cuidados de saúde é, sem dúvida, um dos motores que alimentam a continuidade da pobreza e reforçam a exclusão social. Estes dois pilares, essenciais para o bem-estar e para a mobilidade social, moldam de forma decisiva a capacidade de uma pessoa melhorar a sua condição de vida. Embora se reconheça o papel da educação como um dos mais fortes mecanismos de igualdade, a realidade mostra que, em muitas comunidades, persistem lacunas profundas no acesso a um ensino de qualidade. Nessas localidades, somam-se obstáculos como a escassez de professores qualificados, a falta de materiais adequados e a insuficiência de recursos, fatores que perpetuam baixos níveis de escolaridade e restringem as hipóteses de acesso a melhores oportunidades profissionais e económicas. Quebrar este ciclo exige mais do que simples intenções: é necessário investir em programas educativos eficazes, pensados de acordo com as necessidades concretas das populações que mais sofrem com estas desigualdades. Estes programas devem proporcionar formação aos cidadãos, dotando-os de competências que lhes permitam a aprendizagem ao longo da vida, permitindo-lhes viver num ambiente económico em rápida evolução (Learning and Work Institute, 2022).

Tal como referido anteriormente, outra área importante, na qual as desigualdades de acesso podem acentuar a pobreza e a exclusão social, é a dos cuidados de saúde. Embora o direito à

saúde seja um direito humano fundamental, a verdade é que muitas pessoas em todo o mundo não têm acesso a serviços médicos básicos devido às desigualdades económicas, geográficas e sociais. A má saúde pode ser um conjunto difícil de barreiras que prendem alguém ao ciclo da pobreza, porque a sua saúde precária limita não só o quanto trabalham e aprendem, mas também os quão ligados estão às pessoas. Para colmatar estas disparidades, são importantes programas de saúde inclusivos com serviços de cuidados preventivos integrados, trazendo a educação sobre saúde pública e bem-estar juntamente com a disponibilidade de serviços de saúde acessíveis (UNESCO, 2016). Quando prestamos cuidados de saúde de qualidade a todas as pessoas, as nossas comunidades não só se tornam mais saudáveis, bem como os seus elementos se tornam mais capazes de participar plenamente na sociedade.

Um segundo conjunto de recomendações diz respeito aos programas de integração social concebidos para combater a pobreza e a exclusão. Destinam-se a capacitar as pessoas, apoiando-as e fornecendo-lhes recursos para a construção de capital social, a melhoria de competências ou a aprendizagem de novas competências que possam tornar a participação um pouco menos intimidante do que poderia ter sido antes de este projeto ser desenvolvido. (Rod Hick, 2014) destaca a relevância de projetos inclusivos, planeados de forma direcionada à comunidade, como uma ferramenta essencial para promover uma integração social efetiva. Estes projetos respondem às necessidades e aspirações específicas de cada indivíduo e tendem a gerar impactos significativos ao longo do tempo.

Escapar ao ciclo da pobreza e da exclusão social exige não apenas uma mudança de atitudes por parte da sociedade, mas, sobretudo, políticas concretas e direcionadas para o combate às desigualdades. É fundamental perceber que a pobreza não resulta unicamente de escolhas pessoais equivocadas, mas está profundamente enraizada nas estruturas sociais, exigindo, por isso, soluções coletivas e coordenadas. As políticas públicas são necessárias para proporcionar um ambiente propício à inclusão económica e social, facilitar o desenvolvimento humano, bem como garantir o acesso equitativo aos recursos e às oportunidades. Fazê-lo desta forma é consistente com o modelo de justiça social, uma filosofia que procura garantir o acesso e

recursos equitativos, bem como a igualdade de oportunidades para quebrar barreiras sociais para que as pessoas possam realizar o seu potencial (Putnam, 2000).

O combate à pobreza e à exclusão social exige uma abordagem holística, sistémica e integrada que nos conduza até ao desenvolvimento sustentável. Só a ação deliberada dos governos, da sociedade civil e do sector privado poderá criar sociedades em que todos tenham hipóteses de sucesso. De acordo com (Smith, 2008), grande parte do foco nos esforços de desenvolvimento internacional tem sido no empoderamento, no aumento das capacidades das pessoas, na melhoria da sua qualidade de vida e, assim, em levá-las a “fazer o bem novamente em casa”, como membros efetivamente integrados dentro de organizações que contribuem. Sabemos que um caminho para acabar com a pobreza é o alargamento do acesso a uma educação de qualidade, a cuidados de saúde, a inclusão social e a justiça para todos; devemos abordar a injustiça estrutural enraizada numa história que produziu desigualdades.

1.2. RUPTURA DE LAÇOS SOCIAIS E VULNERABILIDADES

As vidas mais longas, famílias fragmentadas, com ligações sociais fracas podem vir a criar erosão da ligação social, o que dá lugar a uma experiência profunda de isolamento e esgotamento de recursos que apenas reforça a luta que os indivíduos enfrentam. Ter um amigo dá-nos apoio emocional e braços para enfrentar os obstáculos da vida. O capital social, as redes de relações entre as pessoas que vivem e trabalham numa determinada sociedade (Putnam, 2000) é fundamental na promoção do bem-estar da comunidade, bem como na resiliência individual.

Na sua essência, o capital social diz respeito ao benefício obtido ao estabelecer ligações ou relações que não são puramente baseadas em dinheiro. Tal como os recursos culturais, se estes fatores forem fortes, então ajudam a conduzir ao desenvolvimento da cooperação com custos de transação mais baixos, que se traduzem em ação coletiva para benefício mútuo (Brown & Martinez, 2013). Em alternativa, aqueles que não têm laços sociais fortes têm menos probabilidades de beneficiar do desenvolvimento e da manutenção de elevados níveis de força económica, que podem ser igualmente importantes. Por exemplo, algumas pessoas

podem ter dificuldade em acessar a informações essenciais, encontrar emprego ou usufruir dos serviços de saúde. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento das redes sociais tende a agravar problemas entre indivíduos com doenças mentais, enquanto a solidão e a falta de energia se tornam mais prevalentes. O fortalecimento do capital social não deve ser visto apenas como uma responsabilidade individual, uma vez que toda a comunidade sofre com os efeitos do seu declínio, que comprometem a coesão e a resiliência social.

De forma consistente, os grupos que não estão integrados em nenhuma comunidade apresentam, em geral, maiores níveis de pobreza, pior estado de saúde e maior isolamento social. Na verdade, as redes sociais funcionam muitas vezes como um amortecedor contra estas tensões, incluindo a prestação de ajuda material, mas também de apoio emocional e sentimentos de pertença (Hodkinson & Sparkes, 1997). Quando faltam redes de apoio, as pessoas encontram maiores dificuldades em acessar a recursos capazes de atenuar os efeitos negativos da pobreza e da saúde debilitada, gerando muitas vezes um efeito em cadeia. Um único revés, como perder o emprego, tende a despoletar rapidamente outras dificuldades, que se manifestam em problemas financeiros, insegurança em termos de habitação e deterioração do bem-estar psicológico.

Diante destas vulnerabilidades, torna-se essencial criar iniciativas, programas e projetos de envolvimento comunitário capazes de fortalecer o capital social, envolvendo as pessoas em atividades coletivas que promovam objetivos comuns. Ambientes comunitários, conforme assinalam (Johnson & Anderson, 2019), oferecem espaço para que os indivíduos compartilhem e integrem as suas experiências de vida, gerando novas formas de ligação social. Além disso, estes contextos fomentam sentimentos de inclusão e companheirismo, ajudando a prevenir que alguém se sinta isolado em momentos difíceis e permitindo que a comunidade se organize em torno daqueles que necessitam de maior apoio. Este é o passo a ser dado em muitos projetos conduzidos pela comunidade, um caminho que leva os indivíduos a formar, indiretamente, o capital social e que os ajudará a crescer, proporcionando-lhes algum apoio que, de outra forma, não teriam.

Por exemplo, a nível do bairro, os planos para incentivar a ação participativa e a atividade comunitária são especialmente poderosos em termos de reconstrução de ligações sociais e de construção do bem-estar de comunidades inteiras. A Ação Participativa permite envolver a comunidade no planeamento e na realização de trabalho que afeta as suas vidas este modelo de intervenção desenvolve a confiança entre as pessoas, dando-lhes uma palavra a dizer no processo de conceção de projetos, como também promove a apropriação e a responsabilidade. Quando os indivíduos se reúnem para trabalhar em prol de um objetivo comum, constroem confiança e coesão, duas características essenciais do capital social (Putnam, 2000) A participação e o compromisso para a ação é o que proporciona aos indivíduos um conjunto de experiências e interações partilhadas que fornecem a “cola” social para o desenvolvimento de ambientes comunitários de apoio e inclusivos.

Quando as redes sociais se encontram fortalecidas, os indivíduos dispõem de recursos que lhes permitem lidar de forma mais eficaz com desafios tanto pessoais como comunitários. Estes vínculos desempenham um papel essencial no suporte emocional, promovendo sentimentos de companheirismo, empatia e encorajamento, elementos fundamentais para a preservação da saúde mental e do bem-estar (Granovetter, 1973). Os esforços de organização comunitária permitem que os participantes acedam a estas redes, respondendo às necessidades práticas dos indivíduos, bem como aos determinantes sociais subjacentes da saúde e do bem-estar.

Além disso, a criação de capital social através do envolvimento da comunidade também aumenta a saúde das comunidades. Na verdade, a ligação social está ligada à melhoria da saúde e da sobrevivência entre aqueles que estão mais conexos socialmente em comparação com os seus homólogos relativamente isolados (Jarvis, 2018). Isto porque as ligações oferecem mais recursos e apoio para lidar com o stress, fazer escolhas mais saudáveis nas mudanças de vida e utilizar os serviços de saúde de forma adequada. A promoção de ligações sociais através do envolvimento da comunidade ajuda a reduzir as disparidades na saúde e a aumentar o acesso aos cuidados.

Construir ligações sociais também pode melhorar as competências pessoais. O suporte social e as redes sociais têm sido descritos como elementos centrais da resiliência, a capacidade de adaptação com sucesso à adversidade (Montero & Sonn, 2009). Um indivíduo bem conectado tem redes sociais mais fortes e será capaz de fornecer o apoio necessário quando as coisas se tornam difíceis ou o encorajamento após um golpe. Os esforços proativos para restabelecer estes laços sociais, tais como aqueles que promovem o envolvimento comunitário e o espírito de união, podem ajudar a desenvolver a resiliência individual o suficiente, o que, por sua vez, se torna um círculo virtuoso, capaz de contribuir para o bem-estar geral da comunidade.

A desintegração social aumenta a vulnerabilidade dos indivíduos, principalmente pela ausência de apoio comunitário, que desempenha um papel crucial na vida de cada pessoa. A diminuição do capital social tende a desencadear diversas consequências negativas, incluindo pobreza e problemas de saúde, afetando tanto o bem-estar da comunidade como a resiliência de cada indivíduo. Em contextos socioeconômicos mais fragilizados, essas vulnerabilidades ressaltam a importância de iniciativas de envolvimento comunitário, capazes de fortalecer os laços sociais e reconstruir vínculos familiares e comunitários enfraquecidos. Estas iniciativas podem reforçar o conjunto de capital social, ajudando a quebrar barreiras, a marginalização é reduzida ou eliminada e são estabelecidas comunidades implicadas e mais vibrantes, onde todos os membros da comunidade têm acesso a recursos para o sucesso.

1.3. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E DE MARGINALIZAÇÃO

Uma das formas mais extremas de exclusão social que resulta e perpetua uma combinação complexa de fatores estruturais com as vulnerabilidades individuais, assim uma pessoa em situação de sem-abrigo, não é só porque é uma pessoa que perdeu a sua casa, é, na verdade, alguém que expressa os problemas mais gerais da sociedade, como a pobreza, o desemprego e o acesso inadequado aos serviços sociais. Também não há tréguas nesta situação, pois aqueles que sofrem de problemas de saúde mental e dependência de drogas acrescentam novas camadas de complexidade a uma situação já de si má. Como refere (Nutbeam, 1998) na sua análise sobre as pessoas em situação de sem-abrigo, esta é uma questão com muitas

dimensões e que exige que as pessoas compreendam como o ambiente socioeconómico geral e as suas vulnerabilidades individuais se cruzam.

Pessoa em situação de sem-abrigo significa mais do que não ter um lugar para viver, mas também a perda de recursos sociais, económicos e culturais. Toda esta exclusão da participação na vida pode advir de fatores estruturais como uma recessão, o aumento da desigualdade e cortes nas disposições sociais que reduzem as redes de segurança para aqueles que já estão à margem da sociedade. As pessoas em situação de sem-abrigo em toda a Europa tornaram-se uma preocupação crescente, pelo que a maioria dos países possuem sistemas sociais que promovem o acesso à habitação. Ainda assim, continua difícil o acesso à habitação, o que se deve às medidas de austeridade e à falta de habitação a preços acessíveis. Diante da escassez de habitações públicas e do aumento acentuado das rendas no setor privado, muitas pessoas acabam sem outra opção senão viver nas ruas ou em espaços degradados e inseguros.

Além disso, vulnerabilidades pessoais desempenham um papel significativo, podendo conduzir à situação de sem-abrigo ou à sua perpetuação. Entre esta população, problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e esquizofrenia, são particularmente frequentes. Descobriu-se também que a doença mental leva a uma consequência da falta de habitação. Quando se pensa em saúde mental, tanto os leigos como os profissionais devem considerar diferentes pontos de observação e os efeitos únicos de vida que a vida orgânica juntamente com a vida instável causam a todos os que sofrem de problemas de saúde mental (The World Bank, 2011).

Aqueles que já vivem numa situação marginalizada são particularmente suscetíveis a esta rede de condições. Enfrentam, frequentemente, obstáculos quando tentam aceder a serviços ou oportunidades tão necessárias de emprego e integração social. Para aqueles que estão em situação de sem-abrigo ou que enfrentam a ameaça de ficarem em situação de sem-abrigo no futuro, estes obstáculos não são apenas económicos, têm também uma dimensão social e psicológica. O estigma, atitude que resulta da discriminação, acompanha as pessoas em situação de sem-abrigo, afastando ainda mais as pessoas das suas sociedades e reduzindo as suas possibilidades de reintegração (UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2016). Sem uma

morada permanente, é também difícil para as pessoas receberem uma série de direitos ou serviços sociais, tais como receber benefícios sociais, abrir uma conta bancária e obter emprego, algo que muitas vezes é tomado como garantido por quem dispõe de um lar estável.

1.4. IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A maneira como cada pessoa se vê e é vista pela sociedade influencia profundamente muitas das suas interações e oportunidades. Estas perceções estão ligadas às normas sociais, às histórias culturais e às interpretações individuais, moldando não apenas a identidade de cada um, mas também a forma como vivemos em sociedade. Pensar sobre estas dinâmicas ajuda a compreender melhor as relações entre as pessoas e as desigualdades que existem no nosso meio.

Whitehead e Smith (2009) destacam que a identidade social — ou seja, a forma como alguém se percebe dentro de um grupo — tem um papel central na construção da autoestima e na forma como se comporta socialmente. Pertencer a grupos como família, comunidade étnica, género ou nacionalidade influencia diretamente o modo como nos vemos e como interagimos com os outros, moldando atitudes e comportamentos de forma significativa.

A perceção da própria identidade vai além do autoconceito, estendendo-se à forma como os outros nos veem. Estereótipos, preconceitos e narrativas culturais muitas vezes distorcem a compreensão sobre o verdadeiro carácter e potencial de alguém. Por exemplo, ideias preconcebidas sobre etnia, género ou posição social podem limitar oportunidades em educação, trabalho e mobilidade social.

Quando alguém é constantemente confrontado com estereótipos negativos ou é visto como parte de um grupo marginalizado, isso pode prejudicar a sua autoestima e dificultar o acesso a recursos e oportunidades. Por isso, é tão importante promover representações positivas da identidade. Ambientes que valorizam a diversidade e a inclusão ajudam as pessoas a desenvolver autoestima e criam laços mais fortes dentro da comunidade.

A teoria das representações sociais de (Montero e Sonn, 2009) ajuda a entender como as crenças e valores coletivos moldam a forma como indivíduos e grupos interpretam o mundo. (Jarvis, 2008) explica que essas representações são práticas e ideias partilhadas que se enraízam na consciência coletiva. Elas permitem compreender o mundo à nossa volta, mas também podem reforçar desigualdades e hierarquias sociais.

Por exemplo, se uma sociedade aceita a ideia de que determinados grupos raciais ou étnicos são inferiores, essas crenças podem perpetuar discriminação e exclusão. (Marlatt 2005) reforça que é fundamental confrontar estas ideias coletivas e promover narrativas mais inclusivas, criando assim uma sociedade mais justa e igualitária.

Representações sociais negativas aparecem frequentemente como estereótipos e preconceitos baseados na aparência, etnia ou género. Estes estereótipos criam barreiras, fomentam segregação e alimentam ódio contra certos grupos. Em muitas sociedades, minorias são injustamente associadas a comportamentos criminosos, enquanto as mulheres enfrentam estereótipos sobre menor competência em posições de liderança.

Estes estereótipos prejudicam oportunidades e perpetuam desigualdades sistémicas, tornando normal a discriminação. Por isso, é essencial combater essas ideias negativas. Partilhar histórias e experiências reais é uma forma eficaz de humanizar quem pertence a grupos marginalizados, quebrar estereótipos e aumentar a compreensão social, promovendo maior justiça e igualdade.

1.5. AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E A RECONSTRUÇÃO DE VIDAS

As Comunidades Terapêuticas ou CTs têm o objetivo de ajudar as pessoas a superar a dependência, os problemas de saúde mental e outros desafios comportamentais, criando um espírito participativo e comunitário. Estas comunidades baseiam-se na ideia de que a cura e o desenvolvimento pessoal funcionam melhor num contexto social, onde os membros de um grupo se ajudam a crescer e são responsáveis pelas ações uns dos outros. A filosofia básica das comunidades terapêuticas é que as pessoas podem mudar os seus comportamentos, atitudes e modos de pensar. Têm de participar ativamente numa comunidade e, através da aprendizagem social e da recuperação do grupo, iniciar o processo de mudança pessoal.

De acordo com (Fiske, 2014), às comunidades terapêuticas são ambientes nos quais os indivíduos podem aprender novos comportamentos e métodos eficazes de *coping*, envolvendo-se no processo social de aprendizagem. O que começou a abordar os problemas de dependência e abuso de substâncias expandiu-se para incluir pessoas com uma diversidade de problemas comportamentais e de saúde mental que procuram tratamento que ofereça mais do que apenas o controlo dos sintomas.

As comunidades terapêuticas exigem que os residentes observem um horário diário estruturado, visam proporcionar apoio mútuo entre pares, encorajar os residentes que dela podem beneficiar. Por outras palavras, todos eles participam ativamente em atividades terapêuticas destinadas a aumentar o seu próprio nível de autoconsciência e competências. Um modelo tão abrangente faz todos os esforços para encorajar o processo de autodesenvolvimento, para que os indivíduos assumam a sua própria responsabilidade pela recuperação e, além disso, trabalhem como um todo a fim de produzir resultados comprovadamente positivos (Bronfenbrenner, 1979).

A adoção de princípios comunitários terapêuticos em diferentes projetos e ambientes nasce normalmente de um esforço para criar um ambiente seguro e estimulante para os indivíduos que se debatem com problemas emocionais e psicológicos profundamente enraizados. Como tal, oferece aos residentes a oportunidade de experimentar novas competências; confrontar os traumas que lhes foram sofridos na vida anterior; e ainda construir as suas vidas num ambiente estruturado e de apoio.

Para muitos sujeitos, a comunidade terapêutica torna-se o seu refúgio, um lugar onde podem adotar uma atitude introspetiva, para refletir sobre o que aconteceu na sua vida e possa adotar comportamentos mais saudáveis na relação com os outros, que os façam sentir-se bem com eles próprios e com os outros. Este processo de autoexame e aprendizagem social é importantíssimo para desenvolver resistências face as diferentes problemáticas psicossociais. Estas comunidades devem desenvolver competências para que as pessoas possam enfrentar a vida muito para além do período vivido na comunidade terapêutica. A este propósito, (Brown e Martinez, 2013) sublinham o facto de que são necessários vários componentes-chave para lançar as sementes da recuperação e do crescimento pessoal.

Um dos elementos é a noção de "comunidade como método", que considera a comunidade como o principal meio de mudança em si mesma. Aqui, cada interação, seja uma sessão de aconselhamento em grupo, uma refeição partilhada ou até mesmo uma reunião comunitária, apresenta uma oportunidade de aprender e crescer. Todos os elementos da comunidade são convidados a assumir diferentes responsabilidades e papéis, o que promove o sentido de responsabilidade e propriedade dos residentes. Esta perspetiva participativa não só capacita os indivíduos, como também cria um sentimento de pertença e missão, indispensável para manter a recuperação a longo prazo (Israel et al., 1998)

Nesta perspetiva, o foco fundamental das CT é a recuperação social e psicológica, através da adoção de ambientes clínicos diferentes do usual. Para da medicação e terapia individual, as CT recorrem a uma grande variedade de métodos terapêuticos, que podem passar por sessões de terapia de grupo, cursos de formação profissional e atividades lúdicas. Esta abordagem sintética foi concebida para lidar com todos os aspetos da existência de uma pessoa; inclui as suas necessidades físicas, emocionais, sociais e espirituais. Através desta abordagem, as pessoas formam redes sociais completamente novas, aprendem a lidar com situações de stress e a desenvolver uma autoimagem mais positiva. Para que o processo de transformação tenha sucesso, não chega abandonar o vício das drogas ou superar problemas de saúde mental, é necessário desenvolver um novo estilo de vida que seja gratificante para os indivíduos (Nutbeam, 1998).

Os traumas passados, a autoconfiança fragilizada e os padrões de comportamento negativos são recorrentes na construção de espaços fechados à comunidade. Longe de promoverem a segurança, acabam por ser dominados pelo medo, por isolar os indivíduos das suas comunidades e comprometer a sua capacidade de viver de forma plena. Por oferecerem um ambiente seguro onde a pessoa pode refletir sobre estes problemas e traçar um caminho para o crescimento pessoal, as comunidades terapêuticas são oportunidades únicas para uma transformação verdadeiramente curativa. Este processo de autoexploração e crescimento é também facilitado por colegas de trabalho que estão eles próprios a passar por mudanças semelhantes com o apoio de figuras de autoridade (Smith, 2008).

Além disso, um tema recorrente nas comunidades terapêuticas é a necessidade de resiliência e adaptabilidade individual, essenciais para ter sucesso num ambiente social em constante mudança. Neste âmbito, a formação proporcionada pelas comunidades terapêuticas é essencial para garantir que os residentes se tornam mais resilientes e autossuficientes e, desta forma, assegurarem a sua sobrevivência em condições de vida difíceis. Assim, os residentes aprendem a lidar com as pressões, com as adversidades, de forma mais positiva, e a criar laços de amizade que os protegem de embates futuros (Taylor, 2008).

Em suma, as comunidades terapêuticas são um modelo eficaz para promover a recuperação, o crescimento pessoal e a integração social. Os ambientes de apoio bem estruturados incentivam a cooperação, a responsabilidade pessoal e a aprendizagem em conjunto. Nesses espaços, as pessoas podem desenvolver habilidades e recursos essenciais para superar dependências, lidar com problemas de saúde mental e outros desafios. Ao aplicar os princípios das comunidades terapêuticas, os indivíduos ganham maior autonomia, promovendo uma recuperação duradoura e fortalecendo a própria comunidade. Assim, essas comunidades não só ajudam cada pessoa a reconstruir a sua vida, como também contribuem para criar laços mais fortes e recursos mais sólidos dentro da sociedade.

2. CONTRIBUTOS METODOLÓGICOS PARA O PROJETO

2.1 A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA UMA METODOLOGIA INTERATIVA E RESPONSIVA

A investigação-ação participativa (IAP) é um método de investigação de natureza transformadora porque procura capacitar os participantes da investigação, permitindo-lhes assumir um papel ativo no próprio processo de investigação. Esta abordagem perturba o equilíbrio de poder que é frequentemente encontrado num ambiente de investigação onde o investigador académico controla a agenda e o processo de investigação e, portanto, pode e muitas vezes marginaliza a voz e a experiência daqueles que estão a ser investigados. Tal como articulado pela (UNESCO, 2016), a IAP transcende os limites da investigação académica; é fundamentalmente um esforço colaborativo que visa promover a mudança social através da ação coletiva. Isto porque este modelo participativo reconhece a experiência que os participantes trazem consigo e permite-lhes funcionar como co-investigadores em vez de simplesmente pesquisados.

Planeamento, ação, observação e reflexão. Este tipo de ciclo de feedback contribui para um processo de investigação muito ativo e reativo, uma vez que os resultados de uma experiência influenciam diretamente o curso de ação seguinte. Esta flexibilidade é muito importante porque permite que os investigadores e participantes estejam sempre a melhorar os seus métodos através de feedback em tempo real e das necessidades em constante mudança da comunidade. Este tipo de abordagem é muito diferente da maioria das metodologias de investigação que seguem um procedimento passo a passo que pode não ser capaz de lidar com as complexidades e subtilidades dos problemas sociais, à medida que estes se desenvolvem (Taylor, 2008).

O “P” em IAP significa participativo, que é um aspeto muito importante da IAP porque dá aos participantes um sentimento de propriedade. As pessoas sentir-se-ão mais envolvidas se estiverem a fazer a investigação e estarão mais interessadas no que a investigação significa e implica. Esta posse pode levar a um maior empoderamento, porque os participantes sentem

que não estão apenas envolvidos no processo de investigação, mas também nas mudanças que são feitas por causa da investigação. Isto, por sua vez, torna a mudança social mais sustentável porque é mais provável que as pessoas apoiem e defendam as mudanças em que participaram (Smith, 2008).

Diferentes métodos e procedimentos utilizados na IAP permitem fazer com que as pessoas conversem e trabalhem umas com as outras, partilhem as suas experiências, pensamentos e ideias e em conjunto são capazes de propor e desenvolver soluções para os seus problemas.

A Investigação-Ação Participativa (IAP) incorpora várias técnicas e instrumentos de investigação, que (Latorre, 2003) organiza em três categorias principais:

- Técnicas baseadas na observação – focadas na perspectiva do investigador, que observa diretamente e presencialmente o fenómeno em estudo;
- Técnicas baseadas na conversação – orientadas pela perspectiva dos participantes e integradas em ambientes de diálogo e interação, exemplo disso, os grupos de discussão que têm um propósito de proporcionar um espaço para os participantes se envolverem em discussões significativas e expressarem as suas preocupações, aspirações e perspectivas num ambiente de apoio.
- Análise de documentos – centrada na perspectiva do investigador, envolvendo a pesquisa e leitura de documentos escritos, que constituem uma fonte valiosa de informação.

De acordo com (Guba,1990, citado em Lima, 2003), a IAP assenta, pela sua própria natureza, num “diálogo de paradigmas”, abrangendo uma diversidade de contributos teóricos e práticos. Para alguns, esta variedade é uma força da IAP, enquanto para outros representa uma fragilidade. (Lima, 2003) reforça que sempre existiram formas participativas de investigação para a resolução de problemas práticos, nas quais os agentes assumem o papel de coautores na criação de soluções no mundo. A autora refere ainda que a IAP está num processo contínuo de disseminação e fortalecimento.

Em síntese, a investigação-ação participativa e a democracia participativa partilham o ideal de envolver ativamente as pessoas nas decisões com impacto nas suas vidas. A IAP defende o trabalho em conjunto para uma melhor compreensão dos problemas e adoção de ações práticas para os solucionar, valorizando o conhecimento coletivo. Já na democracia participativa, o enfoque está na participação dos cidadãos nas decisões políticas e na definição de políticas públicas, para assegurar que todas as vozes são tidas em conta. Ambas as abordagens realçam a importância das perspetivas das pessoas comuns e procuram construir comunidades mais inclusivas e equitativas, nas quais os diferentes pontos de vista são importantes para a construção de uma sociedade mais justa.

(Nutbeam, 1998) sublinha que o primeiro passo para o desenvolvimento de uma comunidade colaborativa é a criação de uma atmosfera acolhedora onde a voz de todos seja ouvida. Garantir a inclusão é essencial para que os resultados da investigação sejam válidos e confiáveis, oferecendo aos investigadores uma compreensão mais completa das realidades sociais estudadas, graças à diversidade de perspetivas. Além disso, esta abordagem promove a coesão dentro da comunidade e fortalece o sentimento de pertença entre os participantes, criando um verdadeiro sentido de “nós”. Através da partilha destas histórias e epifanias, as pessoas ganham “músculos” para fazer algo com o seu novo conhecimento, permitindo-lhes sair e ser a mudança que desejam ver no seu mundo.

A vertente participativa da IAP não só contribui para uma melhor investigação, como também cria um vínculo mais forte entre os participantes e as questões sociais com as quais estão a tentar lidar (Kemmis & McTaggart, 2005). Quando os indivíduos participam em investigações, conseguem comunicar melhor as suas necessidades e aspirações, oferecendo uma base sólida para desenvolver intervenções mais pertinentes e eficazes. Essa escuta ativa é essencial para lidar com questões sociais complexas, pois ajuda a identificar causas profundas e barreiras sistémicas que, de outra forma, poderiam passar despercebidas (Cahill, 2007).

Não só as implicações práticas da IAP são grandes, como também ajuda a fazer avançar teoricamente o campo da investigação social. Ao colocar em primeiro plano os conhecimentos e as experiências das comunidades marginalizadas, a IAP contesta diretamente as

epistemologias tradicionais que privilegiam o conhecimento dos acadêmicos em detrimento de quem verdadeiramente experimenta (Freire, 1970). Esta mudança de ponto de vista não só acrescenta profundidade aos resultados da investigação, como também reconhece o poder de voz àqueles cujas vozes têm sido muitas vezes abafadas ou ignoradas nos paradigmas de investigação tradicionais. Assim, a IAP é um forte instrumento de justiça social, promovendo a igualdade e a inclusão na metodologia e nos resultados da investigação (Torre, 2009).

Além disso, o foco do ciclo IAP na reflexão permite não só aos investigadores, mas também aos participantes, uma aprendizagem e desenvolvimento constantes. Ao pensar no que fizeram e no que resultou dessas ações, as pessoas aprendem o que funciona para elas e o que não funciona e também porquê. Adotar esta prática reflexiva fortalece não apenas os projetos de investigação em curso, mas também enriquece o conhecimento mais amplo sobre metodologias participativas (Reason & Bradbury, 2008). Permite ainda que os investigadores partilhem aprendizagens e descobertas com a comunidade académica, fomentando um ambiente de colaboração e troca de saberes que ultrapassa os limites de cada projeto individual.

A investigação-ação participativa assenta no paradigma sociocrítico que enfatiza o empoderamento das pessoas através da sua participação ativa no processo de investigação. A rutura das estruturas de poder estabelecidas pelo IAP e a sua ênfase na colaboração servem para fortalecer a longevidade da mudança social e o seu objetivo de justiça social (Kemmis et al., 2014). A natureza cíclica da IAP, juntamente com as suas diversas abordagens e técnicas, permite que os investigadores e os participantes passem por um processo de investigação que é interativo e mutuamente responsivo. No final, esta metodologia não só gera conhecimento importante, como também promove um sentido de comunidade e unidade, dando aos indivíduos a capacidade de falar em nome das mudanças que gostariam de ver nas suas vidas e no mundo (Hall, 1992).

2.2 A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Nos projetos de educação e intervenção social é fundamental abordar a construção de soluções para os problemas da realidade social. Neles os participantes são implicados, tornando-os dinâmicos e responsivos, logo são projetos que se baseiam nos processos de capacitação e em estratégias de justiça social inclusivas.

Segundo (Ponte e Brunheira, 1998), o conceito de projeto envolve um conjunto de características quase sempre presentes, que são fundamentais para a sua definição:

- Intencionalidade – Um projeto é sempre orientado por uma intenção clara e partilhada pelos participantes, que colaboram na criação de uma visão comum. Este processo, construído através de diálogo e interação, é tão importante quanto a própria visão do projeto. A intencionalidade requer abertura de espírito, capacidade de ouvir, disposição para aceitar erros e enfrentar problemas, e para encontrar soluções de forma colaborativa.
- Autonomia e responsabilidade – Um projeto exige que os participantes assumam autonomia e responsabilidade, tornando-se co-responsáveis pelas decisões e pelo trabalho ao longo do desenvolvimento. A autonomia implica que os intervenientes saibam usar tanto os recursos internos como os externos, num processo de aprendizagem e crescimento contínuo.
- Autenticidade – A autenticidade é uma característica essencial, pois um projeto genuíno desperta interesse e promove inovação entre os participantes. Não se considera projeto uma mera repetição de trabalhos realizados por outros; deve haver sempre um elemento de originalidade.
- Complexidade – A natureza complexa de um projeto requer a aceitação do erro e a exploração de múltiplas tentativas. Essa complexidade manifesta-se na diversidade de dinâmicas envolvidas, onde o certo e o incerto coexistem, permitindo que o projeto evolua e se desenvolva de forma própria.

- Processo – Por fim, um projeto implica um processo contínuo que se desenrola ao longo de um período prolongado, com etapas interligadas. Embora um projeto tenha início, meio e fim, esses momentos estão intimamente conectados, formando uma construção progressiva ao longo do tempo e baseadas nos direitos, é uma espiral.

O modelo estruturado utilizado para desenvolver as intervenções baseadas em projetos é: Identificação de Necessidades → Definição de Objetivos → Desenho e desenvolvimento de Ações e de Atividades a elas subjacentes → Monitorização e Avaliação de Resultados. O processo começa com uma avaliação robusta dos problemas e das necessidades, onde a contribuição da comunidade identifica as problemáticas que estão a enfrentar e ajuda a definir os problemas da realidade e das pessoas nela envolvidas, bem como os seus pontos fortes. Sabemos que a utilização de ativos na comunidade é um dos fatores mais importantes para construir o sucesso e a sustentabilidade dos projetos (Merriam et al., 2007).

A visão das iniciativas educativas é criar caminhos para o empoderamento e a mobilização, em apoio às pessoas como indivíduos e coletividades que procuram elementos de conhecimento-poder que as ajudem nas suas situações de vida. Estes projetos podem centrar-se na literacia, na formação profissional ou na educação para a saúde e outras áreas sociais (Montero et al., 2009) e são todos oferecidos de acordo com o contexto, com base nas necessidades dos participantes.

Os projetos de intervenção social podem muitas vezes tentar abordar razões da exclusão e discriminação, serviços ou isolamento social. Organizam, defendem e realizam trabalho político nas comunidades. Quer seja através de agências governamentais, organizações sem fins lucrativos ou grupos comunitários, a ênfase destes projetos é criar um clima benéfico para os participantes.

Assim, podemos afirmar que um projeto não possui caráter universal, pelo contrário, apresenta uma natureza particular e única, refletindo as características, o contexto histórico e as intenções de cada indivíduo ou grupo envolvido, neste caso, o(s) autor(es) do projeto. A

totalidade do projeto está, portanto, intrinsecamente ligada tanto ao objetivo que se pretende alcançar quanto ao empenho colocado no processo para o atingir (Boutinet, 1990). Um projeto deve ainda considerar a complexidade dos contextos em que se insere, em situações mais simples. Além disso, o contexto deve ser aberto e sujeito a possíveis alterações, sendo fundamental estar atento aos detalhes para decidir as ações mais apropriadas (Boutinet, 1990).

O projeto é, simultaneamente, uma expressão dos ideais em que a pessoa acredita profundamente e uma projeção para os alcançar (Mendonça, 2002). Representa o desejo humano de atribuir sentido e confiança na capacidade de moldar o próprio futuro. Essa projeção é uma dinâmica exclusivamente humana e implica lidar com uma série de problemas interconectados. Além disso, está sempre associado a uma visão de futuro, a previsão de algo a ser concretizado, muitas vezes ajudando a outra pessoa a permitir-se a alcançar esse futuro (Mendonça, 2002). Acresce que, o mesmo desenrola-se no presente, fundamenta-se no passado e projeta-se para o futuro. O projeto não é impessoal, pelo contrário, está profundamente ligado a um agente específico, seja individual ou coletivo, que toma decisões, define uma orientação e organiza os passos para a sua concretização (Mendonça, 2002).

2.3 AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA NO DECORRER DOS PROJETOS

A avaliação participativa é parte integrante dos ciclos do programa para garantir que as intervenções continuam a ser vitais e funcionais. Esta é uma abordagem participativa que inclui as partes interessadas em todos os pontos do processo de avaliação, desde o desenvolvimento das questões de avaliação até à interpretação dos resultados e ao desenvolvimento de ações em função desses resultados. Quando os participantes são integrados na avaliação, o processo torna-se mais tangível e significativo. Esta inclusão fomenta transparência, responsabilidade e autenticidade, tornando a avaliação mais relevante para todos os envolvidos (Wilkinson & Brook, 2021).

Na avaliação participativa, a escolha de métodos qualitativos e quantitativos apropriados é essencial para o sucesso do projeto. Entre as abordagens mais comuns estão entrevistas, grupos de discussão e mapeamento participativo. Ao combinar estes métodos, obtêm-se dados mais completos e diversificados, permitindo capturar múltiplos pontos de vista e experiências. No entanto, por exemplo, os inquéritos produzem dados concretos sobre os resultados do projeto, mas as entrevistas e os grupos de discussão fornecerão talvez mais informações sobre as experiências individuais dos participantes e os fatores que rodeiam essas experiências. Já o mapa participativo pode mostrar graficamente os pontos fortes e fracos de uma comunidade e, por isso, tornar a avaliação mais disponível e interessante para os participantes (UNESCO, 2016).

Um dos aspectos mais significativos da avaliação participativa é o seu potencial de capacitação. A participação efetiva dos intervenientes no processo de avaliação constitui um mecanismo privilegiado para favorecer uma compreensão mais aprofundada dos propósitos subjacentes ao projeto, bem como das repercussões que este pode vir a assumir no respetivo contexto de implementação. Paralelamente, a implicação direta dos participantes possibilita a aquisição de competências que fomentam uma leitura crítica das experiências vivenciadas e dos contributos individuais que delas decorrem. Tal enriquecimento revela-se particularmente relevante para a consolidação de uma cultura de aperfeiçoamento permanente e de aprendizagem partilhada no seio da comunidade (UNESCO, 2022). Com efeito, quando os sujeitos são colocados em posição de avaliar as suas próprias práticas, tendem não apenas a assumir um papel mais proativo no desenvolvimento do programa, mas também a afirmar as suas necessidades e prioridades de forma mais consciente, o que, de modo consequente, contribui para o reforço do sentimento de pertença e de apropriação, tanto do processo avaliativo como da iniciativa em sentido mais amplo. Esta apropriação constitui, aliás, um dos fatores que mais fortemente se associa à continuidade do envolvimento e à consolidação de compromissos a médio e longo prazo.

Acresce referir que os processos avaliativos de natureza participativa se assumem como instrumentos fundamentais para garantir que as ações desenvolvidas se mantêm alinhadas com as expectativas, interesses e preocupações concretas dos atores implicados. Este

exercício permanente de reflexão crítica e de ajustamento progressivo cria condições favoráveis ao fortalecimento das relações de confiança, à promoção da transparência e à responsabilização recíproca entre todos os envolvidos. Sempre que os participantes percebem que os seus contributos são efetivamente considerados e incorporados na redefinição das práticas do projeto, aumenta consideravelmente a probabilidade de que mantenham uma atitude de colaboração sustentada e uma disposição reforçada para a continuidade da participação. Esta confiança torna-se bastante importante em contextos comunitários, onde as dinâmicas entre membros, equipas e entidades externas influenciam fortemente as perceções e o grau de participação dos indivíduos (Wilson & Davis, 2016).

As respostas das avaliações participativas são a principal forma pela qual as atividades do projeto podem ser alteradas de acordo com os interesses e preocupações dos participantes. O desenvolvimento contínuo de mecanismos de reflexão e de ajustamento no âmbito do projeto contribui decisivamente para o estabelecimento de relações pautadas pela confiança mútua, pela abertura ao diálogo e por uma efetiva responsabilização de todos os participantes. Quando os intervenientes percebem que os seus contributos — sejam eles na forma de sugestões, críticas ou propostas — são seriamente considerados e traduzidos em alterações concretas, reforça-se significativamente a predisposição para permanecerem envolvidos e para assumirem um compromisso duradouro com a iniciativa. Este tipo de confiança assume particular relevância em contextos comunitários, nos quais as relações entre os diferentes membros, o corpo técnico e outras entidades externas podem influenciar, de forma determinante, as expectativas e perspetivas dos participantes (Wilson & Davis, 2016).

Importa ainda salientar que a avaliação concebida em termos participativos promove, simultaneamente, uma abordagem colaborativa à identificação de problemas e à construção de soluções. Ao envolver os diversos atores no próprio processo avaliativo, as organizações passam a beneficiar de um conjunto alargado de saberes, experiências e perceções que, articulados de forma intencional, potenciam a qualidade das decisões e a pertinência das estratégias adotadas. Este método de avaliação participativa não só melhora a avaliação em si, como também cria um sentimento de investimento comunitário no projeto. Assim, os

participantes estarão mais propensos a sentir que as suas vozes contam, que têm propriedade nos resultados do projeto e, subsequentemente, tornar-se-ão mais motivados e empenhados (UNESCO, 2016).

A avaliação participativa é bastante importante na teoria, mas pô-la em prática exige muita reflexão e preparação. É necessário que o investigador crie uma atmosfera promotora da comunicação e da confiança entre os participantes, para que possam integrar no processo de forma plena. A disponibilização de recursos materiais adequados, bem como o apoio prestado na interpretação e avaliação dos mesmos, constituem elementos fundamentais para garantir a participação informada e efetiva dos diversos intervenientes. Do mesmo modo, a definição explícita de papéis e responsabilidades, acompanhada de uma clarificação do contributo esperado de cada participante, revela-se essencial para que todos valorizem o significado da sua intervenção e reconheçam o impacto da sua participação no conjunto do projeto.

Torna-se igualmente importante sublinhar que a avaliação participativa assume um carácter eminentemente interativo, implicando um processo contínuo de discussão e reflexão coletiva que envolve todos os atores relevantes. Esta reflexão sistemática permite identificar de forma precoce a emergência de determinados padrões ou eventuais constrangimentos, favorecendo a adoção de respostas ajustadas e tempestivas. Importa salientar que esta dinâmica reflexiva não se dirige exclusivamente à avaliação do próprio projeto, estendendo-se também à análise crítica do processo avaliativo em si. Assim, os participantes devem estar disponíveis para aprender com os seus sucessos e fracassos durante o processo de avaliação e para fazerem os ajustes necessários para o desenvolvimento de futuros projetos.

Importa, contudo, reconhecer que os processos de avaliação participativa não se encontram isentos de desafios. A sua implementação pressupõe um investimento considerável, tanto ao nível do esforço requerido, como do envolvimento em debates que, por vezes, podem incidir sobre questões sensíveis relacionadas com dinâmicas de poder, princípios de equidade ou a própria complexidade associada à avaliação do impacto dos projetos. Por esse motivo, torna-se indispensável que exista uma postura de abertura e disponibilidade para abordar, de forma clara e transparente, todos estes aspetos. Ainda assim, importa sublinhar que os benefícios

decorrentes deste tipo de abordagem superam amplamente as dificuldades que lhe estão associadas. Quando orientada para a promoção de práticas cooperativas e para o fortalecimento de relações inclusivas, a avaliação participativa não apenas contribui para uma maior eficácia das ações desenvolvidas, como possibilita que os indivíduos e as comunidades assumam, de forma progressiva, o papel de agentes do seu próprio processo de desenvolvimento.

Em síntese, a avaliação participativa deve ser entendida como uma dimensão imprescindível do desenvolvimento dos projetos, na medida em que reforça a pertinência das intervenções e aumenta a probabilidade de sucesso das mesmas. Quando o investigador adota uma postura que integra os diferentes agentes no processo avaliativo, cria-se uma base mais sólida de transparência e de responsabilização relativamente à forma como os resultados são analisados e interpretados. Tal envolvimento tem ainda o mérito de potenciar a capacitação dos participantes, favorecendo não apenas a aprendizagem contínua, mas igualmente o compromisso e o sentimento de pertença à comunidade. Ao valorizar o feedback como elemento estruturante para o ajustamento das atividades, instaura-se um processo circular de reflexão e adaptação que impulsiona a confiança entre todos os intervenientes e contribui decisivamente para a eficácia e sustentabilidade do projeto. Afinal, a avaliação participativa é um conceito revolucionário na avaliação onde o foco é deslocado para as pessoas mais impactadas pelos projetos que estão a ser avaliados.

CAPÍTULO 2. O PROJETO ALÉM DO PALCO: UM/A NORTE/ADA DE INCLUSÃO E RESISTÊNCIA

Início este capítulo a falar de como foi o meu processo de integração na instituição onde foi desenvolvido o projeto, essa integração foi gradual e repleta de aprendizagens.

O primeiro contacto foi com o presidente da instituição, este mostrou-me inteira disponibilidade, demonstrou acreditar pouco que os residentes da instituição quisessem ser participantes no projeto, deu-me liberdade de ação para os poder contactar, conhecer e motivar para participarem, pois referiu que reconhecia a importância da educação e intervenção social para a instituição e para os participantes.

Seguidamente tive uma reunião com as técnicas, as quais referiram que já tinham tentado envolver os residentes em projetos, acrescentando que os mesmos se negavam, reparei alguma falta de crença, também constatei que lhes era impossível fazer um verdadeiro trabalho técnico porque elas eram mais funcionárias de serviços gerais, o que me ressaltou como uma grande falha na instituição.

Quando cheguei, fui inicialmente recebido com alguma desconfiança e frieza pelos participantes, o que percebo agora como uma reação natural perante a entrada de alguém novo num contexto tão específico e delicado. Nos primeiros dias, senti uma mistura de ansiedade e expectativa, pelo que comecei por tentar entender o ambiente, as dinâmicas internas e a melhor forma de me aproximar das pessoas sem invadir o espaço delas.

O acolhimento, inicialmente foi contido, com o tempo tornou-se mais caloroso, graças às conversas informais que fui promovendo com o objetivo de criar laços. Gradualmente, essas interações, que surgiam não só em momentos planeados, mas também em situações mais casuais, permitiram-me conhecer as pessoas com quem trabalhava e, sobretudo, transmitir a minha genuína vontade de colaborar. Esse processo não foi imediato, a confiança foi sendo construída de forma lenta, mas sólida. Progressivamente, as reservas iniciais foram-se

dissipando e criou-se um clima de empatia e respeito mútuo, sendo também um processo de aprendizagem recíproca.

No que diz respeito à direção e a equipa técnica da associação enfrentei um processo semelhante. Mas em conjunto, passamos por uma fase inicial de adaptação e de quebra das barreiras iniciais de reserva. O entendimento recíproco estabelecido entre os novos elementos e aqueles que já integravam a instituição contribuiu de forma significativa para o fortalecimento da confiança e para a consolidação do sentido de equipa.

A integração revelou-se um fator determinante na criação de uma relação de trabalho pautada pela abertura, pelo respeito mútuo e pela valorização dos contributos de todos os intervenientes. Este ambiente favorável proporcionou condições para que o diálogo e a colaboração se desenvolvessem de forma espontânea e construtiva. O percurso vivido pelos participantes assumiu, assim, um carácter enriquecedor, marcado por uma partilha genuína de experiências e pelo estabelecimento de relações de confiança mútua.

“Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” nasceu como uma resposta concreta às necessidades de uma comunidade de participantes institucionalizados, marcada por significativos obstáculos estruturais à inclusão social. Muitos dos residentes enfrentavam mesmo situações de marginalização.

Este projeto pretendeu combater algumas carências e dificuldades que as populações em situação de sem-abrigo e marginalizadas enfrentam. O grande objetivo era capacitar os indivíduos, identificando as suas necessidades específicas, para que pudessem superar as suas dificuldades, com vista à reintegração social.

As pessoas em situação de sem-abrigo não são um problema sem solução. Com ajuda e intervenção correta, os indivíduos podem superar as suas circunstâncias e construir para si próprios um futuro melhor. Seguindo este ideal, o projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada da Inclusão e da Resistência” trabalhou no sentido de dismantelar os muros que confinam as pessoas em ciclos de pobreza e não participação.

Oferecendo programas de integração social para as pessoas em situação de sem-abrigo proporciona uma saída para o problema das pessoas que se encontram nessa situação e da marginalização. Para estas pessoas que deixam para trás aquele ambiente cheio de perigos, o projeto busca a individualidade e as ferramentas de que necessitam. Os princípios orientadores de todo o projeto fundamentam-se na convicção de que cada ser humano possui um valor intrínseco e um potencial inestimável, devendo, por conseguinte, ter acesso às oportunidades e prazeres proporcionados pela sociedade, e viver em condições de segurança e dignidade.

Tais princípios revelaram-se determinantes para a promoção da autoestima dos participantes, ao mesmo tempo que favoreceram um sentimento de capacitação. Ao criar um ambiente seguro e de apoio, que permitisse a exteriorização do “eu”, o projeto proporcionou aos indivíduos a oportunidade de recuperar a sua identidade e de questionar as representações sociais negativas que lhes tinham sido atribuídas ao longo do tempo. Este processo de reconstrução identitária foi crucial para fomentar um sentido de pertença e coesão social, particularmente entre aqueles que haviam sido marginalizados ou excluídos da sociedade em geral.

Para além disso, a utilização do teatro como instrumento de autoexpressão e de transformação social constituiu uma estratégia particularmente relevante. Reconhecido como uma ferramenta poderosa no desenvolvimento do pensamento crítico e no estímulo ao ativismo social, o teatro permitiu aos participantes explorar questões relacionadas com identidade, representação e justiça social de uma forma criativa e envolvente, ampliando as possibilidades de expressão das suas experiências pessoais.

Como sublinha (Jarvis, 2008) na sua investigação sobre o Teatro do Oprimido, o teatro pode funcionar como um ensaio para a vida real, oferecendo aos indivíduos um espaço seguro para explorar diferentes cenários, desafiar as dinâmicas de poder existentes e imaginar alternativas de mudança social. Através desta abordagem, os participantes são capazes de tomar consciência das suas realidades sociais e desenvolver competências, bem como a confiança necessária para enfrentar as injustiças presentes nas suas comunidades.

Como foi anteriormente salientado, a forma como os participantes constroem e expressam as suas identidades, bem como a forma como são percebidos e representados na sociedade, exerce um impacto profundo sobre as suas interações sociais e sobre as oportunidades de que dispõem. Neste contexto, representações sociais negativas, tais como estereótipos e preconceitos, podem restringir significativamente as possibilidades dos indivíduos e contribuir para a perpetuação de desigualdades estruturais. Contudo, ao desafiar estas construções sociais limitadoras e ao promover representações mais inclusivas e potenciadoras, abre-se caminho para uma maior coesão social e para a promoção de igualdade. O projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada da Inclusão e da Resistência” visou precisamente este objetivo, oferecendo uma plataforma onde os participantes pudessem partilhar as suas histórias de vida e confrontar estereótipos negativos. Por meio do teatro, os indivíduos tiveram a oportunidade de explorar e afirmar as suas identidades, reforçar a autoestima e consolidar uma autoimagem mais consistente, contribuindo desta forma para o avanço de uma sociedade mais justa e inclusiva.

1. A ASSOCIAÇÃO ACOLHEDORA DO PROJETO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E HISTÓRICO

A Associação que acolhe o projeto e é responsável por este trabalho tem um historial de longa data de trabalho direto ao lado de comunidades vulneráveis e marginalizadas. A associação foi criada em 2005 com o objetivo de gerar atividades a partir de diversos projetos culturais e educativos, defendendo sempre a inclusão. A associação cria desde há anos vários programas para ajudar pessoas sem casa, ex-reclusos, migrantes e outros grupos marginalizados que dão importância à arte e à educação.

Não obstante da associação que acolhe o projeto ter como finalidade apoiar pessoas sem habitação, ex-reclusos, migrantes e outras minorias marginalizadas os seus propósitos ficam muito longe do desejado, pois das minhas conversas com as técnicas, corpo diretivo, participantes e voluntários, bem como na minha vivência na instituição, verifiquei uma falta de recursos humanos, nomeadamente a nível da psicologia, enfermagem, psiquiatria,

assistentes operacionais e alguém da área da segurança e higiene no trabalho. Pois com a minha vivência na instituição verifiquei que os participantes e outros utentes sofrerem de problemas psicológicos e psiquiátricos, muitos dos participantes nas suas tarefas ocupacionais violam todas as regras da segurança e higiene no trabalho. Outra coisa que salta à vista é o espaço físico que é muito exíguo para o número de utentes o que provoca uma grande falta de privacidade e higiene. Acresce que esta situação revela a falta de apoio político e financeiro vivenciado. A associação não possui protocolo com nenhuma entidade e funciona com os seus próprios recursos, a falta de acordos de cooperação com o I.S.S. ou outras entidades governamentais locais, dificulta a realização dos objetivos da instituição. Apesar de ter tido incentivos na contratação da equipe técnica pelo IEFP.

Chegados aqui, em conjunto, analisamos o que poderia ser feito para mitigar estas falhas na instituição, a conclusão foi unanime, seria necessário um apoio das instituições governamentais e locais, pois a instituição tem uma situação financeira paupérrima, e seria necessário um apoio institucional para que se apostasse na formação profissional, nos recursos humanos adequados as necessidades da instituição, enquanto isso não acontecer os objetivos da instituição nunca serão alcançados, não obstante do seu presidente no seu pensamento utópico dizer que os objetivos são alcançados. De referir que relativamente ao espaço físico esteja em andamento o arranjo de outro espaço complementar que visa melhorar substancialmente as condições dos utentes.

Este projeto deve também ser entendido dentro das condições sociais e económicas em que vivem aqueles que aparecem como interlocutores neste projeto. Em Portugal, a crise económica e as políticas de austeridade que se seguiram aprofundaram ainda mais a exclusão social, aumentando as probabilidades para muitos indivíduos e famílias. As pessoas em situação de sem-abrigo, os indivíduos que estiveram encarcerados e os migrantes figuram entre os grupos mais vulneráveis, enfrentando não apenas dificuldades económicas significativas, mas também atitudes sociais marcadas por estigmatização, que frequentemente se traduzem em práticas discriminatórias por parte de diversos agentes sociais (UNESCO, 2016). É neste cenário que precisamos de iniciativas de inclusão social inovadoras, sustentáveis e impactantes.

A entrevista com o presidente e fundador da Associação dá uma visão abrangente das suas origens, objetivos e lutas ao longo dos anos. Os objetivos iniciais da instituição era acolher pessoas dependentes de substâncias e defender a manutenção do equilíbrio da vida, abster-se de tratamento a longo prazo e ajudá-los a reintegrar-se na sociedade, no trabalho e na família. Uma vez atingidos os objetivos, o processo que resulta na realização deve continuar indefinidamente, pois uma pessoa pode mudar sem aviso prévio ao longo das coisas. No entanto, a instituição tem enfrentado diversas barreiras, principalmente de natureza económica. A expansão da instituição para outros concelhos e distritos, com lojas sociais no Porto e em Vila Real, reflete os esforços da Associação para diversificar as suas fontes de receita, incluindo rendimentos dos residentes, atividades autónomas dos residentes, quotas de associados e donativos.

Quanto ao futuro da instituição, demonstra um alto grau de satisfação com o caminho percorrido até agora e mantém uma esperança otimista para o futuro, atribuindo uma nota máxima de 20 em ambos os aspetos. Seu grande sonho é ver o sucesso dos residentes da instituição, livres dos consumos de álcool e drogas, refletindo assim o sucesso institucional. A entrevista evidencia os desafios com que a Associação se depara, bem como o seu compromisso permanente em fornecer apoio e assistência aos residentes. Destaca-se, ainda, a relevância do apoio governamental para a concretização dos objetivos e das atividades da instituição.

1.2 OBJETIVOS DA ASSOCIAÇÃO ACOLHEDORA DO PROJETO

Os objetivos delineados pela Associação refletem um compromisso inequívoco com a promoção do bem-estar e a reintegração de adultos em situação de vulnerabilidade social. A abordagem holística adotada pela instituição, em consonância com os princípios da psicologia comunitária, constitui um elemento central na definição e implementação das suas metas.

Alguns indivíduos ou grupos apresentam maior suscetibilidade a situações de risco e exclusão social. Esta condição, frequentemente designada como vulnerabilidade social, decorre de circunstâncias económicas, sociais e culturais desfavoráveis, que restringem o acesso a

recursos e oportunidades. O conceito, amplamente estudado nas ciências sociais, abrange não apenas fatores estruturais — como pobreza, desigualdade e discriminação —, mas também aspectos relacionais, como a fragilidade das redes de apoio e dos laços sociais. Desta forma, a vulnerabilidade social transcende a mera carência de bens materiais, implicando uma acumulação de desvantagens em múltiplas dimensões da vida, que dificultam a superação das dificuldades enfrentadas.

Segundo, (Castel, 1998), a vulnerabilidade social está associada à precariedade das condições de vida e à fragilidade dos apoios sociais e redes de integração, deixando as pessoas em risco de exclusão. Esta realidade é frequentemente perpetuada por um sistema que discrimina e exclui, afetando sobretudo pessoas que vivem em situação de pobreza, pertencem a minorias ou possuem níveis reduzidos de escolaridade, dificultando a sua participação plena na sociedade.

Deste modo, a vulnerabilidade social deve ser compreendida como um processo complexo e multidimensional, que não apenas coloca os indivíduos em situação de fragilidade, mas também restringe a sua capacidade de resistir e de transformar as condições adversas que enfrentam.

Segundo (Norcross e Wampold, 2018), a definição clara dos objetivos de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) é fundamental para estabelecer orientações éticas e práticas que guiem as ações voltadas para a comunidade. Inserida neste contexto, a Associação delineou objetivos multifacetados, concebidos para desenvolver estratégias que atendam não só às necessidades imediatas, mas também a dimensões mais profundas da vida dos beneficiários.

É relevante destacar que tais objetivos não se limitam a uma formalidade documental; refletem, na prática, a essência da Associação, como evidenciado pelo feedback e pelos testemunhos das pessoas que participaram nas atividades promovidas. Os residentes¹ e as suas famílias frequentemente expressam gratidão pela abordagem individualizada e pelo

¹ Como são designados pela instituição

apoio integral recebido, destacando a importância dos serviços permanentes oferecidos pela instituição, conforme referido por L.C.S. (um dos residentes) que diz “mesmo sabendo que a instituição tem muitas falhas, estou eternamente agradecido, se não fosse a instituição vivia na rua ou já tinha morrido”, ou como refere outro: “com os problemas de saúde que tenho se não fossem as “doutoras” já tinha morrido, estou lhes muito grato e ainda como refere um familiar de M.P.G “ a família não poderia tratar dele, esta instituição salvou o a ele e a nós” (A.J.S).

Um dos principais objetivos da Associação é fornecer apoio contínuo e serviços adaptados aos desafios psicossociais únicos enfrentados por cada indivíduo. Esta perspectiva está em linha com a ênfase de (Marlatt e Donovan, 2005) nas abordagens personalizadas nos serviços sociais, reconhecendo que cada pessoa e as suas necessidades são diferentes.

A promoção da qualidade de vida através de iniciativas que melhoram a saúde é outro objetivo central. Esta posição reflete a visão de (Nutbeam, 1998) sobre a promoção da saúde. O autor enfatiza a capacidade de as pessoas gerirem ativamente o seu próprio bem-estar.

Facilitar a aprendizagem e prevenir o consumo de drogas e hábitos prejudiciais constitui um objetivo estratégico que reconhece a complexidade dos fenómenos de dependência. Assim, as ações propostas vão ao encontro das recomendações de (Marlatt e Donovan, 2005) no que diz respeito à prevenção de recaídas e desenvolvimento de competências para adoção de um estilo de vida equilibrado e saudável.

A prestação de apoio psicológico, com foco no fortalecimento da autoestima e da autonomia pessoal e social, constitui uma das metas centrais da Associação. Esta abordagem encontra-se em consonância com teorias como a de (Rogers, 1961), que destacam a empatia e a promoção do desenvolvimento individual.

Ao dar prioridade à interação com as famílias e com a comunidade, a Associação evidencia a sua compreensão sobre a relevância dos laços sociais na facilitação da reintegração dos indivíduos. Esta perspectiva coincide com a ênfase da psicologia comunitária na participação comunitária e na mudança social (Montero & Sonn, 2009).

Ao estabelecer estes objetivos, a organização traça um rumo para o seu trabalho, enquanto reafirma a sua filosofia holística, reconhecendo a complexidade das situações dos adultos vulneráveis. Apoiados por uma teoria sólida, estes objetivos refletem não só objetivos organizacionais, mas também uma dedicação sincera à construção de comunidades resilientes e inclusivas.

1.3 PERFIL DA ASSOCIAÇÃO

A Associação pretende causar um impacto positivo através da compaixão e do progresso. Ao obterem informações sobre as dificuldades interligadas que os indivíduos que enfrentam fragilidade social, concebem os seus esforços com base numa identidade diferenciada que integra princípios testados pelo tempo e posturas teóricas. As suas atividades demonstram a compreensão dos intrincados processos interpessoais e mentais envolvidos em cenários precários. O perfil da organização, forjado por uma perspetiva holística, conecta-se com paradigmas da psicologia comunitária, enfatizando intervenções que têm em conta não só atributos separados, mas também ambientes comunitários e sociais. Por vezes, as suas ambições são elevadas, mas, ao combinarem coração e inteligência, elevam vidas.

A preocupação em oferecer acolhimento permanente e serviços adaptados aos problemas biopsicossociais de cada indivíduo revela uma atitude alinhada com os princípios da psicologia social, que liberta a interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais na construção do bem-estar (Fiske, 2014). Ao adotar a promoção da qualidade de vida dos sujeitos como objetivo central, a Associação alinha-se à perspetiva da promoção da saúde, que vai além da ausência de doenças, enfatizando a busca ativa por condições que permitam uma vida plena (Nutbeam, 1998).

A abordagem da Associação para promover a aprendizagem, na abstinência de drogas ou elementos viciantes, integra-se com estratégias contemporâneas de tratamento da

dependência, que reconhecem a importância da prevenção de recaídas e do desenvolvimento de habilidades para uma vida saudável (Marlatt & Donovan, 2005). O apoio psicológico avança o reforço da autoestima, valorização e autonomia pessoal e social, refletindo a compreensão da importância dos aspectos psicológicos na jornada de reintegração social. Esta abordagem está alinhada com teorias humanistas, que destacam a importância do crescimento pessoal e autorrealização (Rogers, 1961).

Privilegiar a interação com a família e a comunidade, como parte integrante dos objetivos da Associação, baseia-se na perspectiva da psicologia comunitária, que destaca a importância da participação ativa da comunidade no processo de transformação social (Montero & Sonn, 2009). Desta forma, o perfil distintivo da instituição não só reflete sua missão e visão, mas também destaca uma postura alinhada com avanços teóricos e práticos nas áreas da psicologia social, comunitária e da saúde. A sua abordagem multifacetada posiciona a Associação como uma entidade comprometida em contribuir para a construção de sociedades mais resilientes e inclusivas.

1.4 CARACTERÍSTICAS ATUAIS E RECONHECIMENTO

A instituição de acolhimento do projeto, desde a sua fundação em 2010, consolidou-se como uma entidade exemplar a enfrentar questões sociais complexas, nomeadamente o apoio a adultos em situações vulneráveis. As suas características atuais refletem uma trajetória marcada pelo compromisso, inovação e impacto positivo na comunidade, como testemunhado por vários residentes locais e profissionais que atuam na área social, como me referiu a diretora técnica “mesmo dentro de todas as dificuldades temos tido o compromisso de inovar e criar impacto positivo na comunidade residente, embora muitas vezes nos sentimos frustrados por não termos apoio institucional para irmos mais longe e fazermos melhor o nosso trabalho”, esta ideia é corroborada pelo residente F.J.S. “estou aqui desde o início, toda a gente aqui tem feito tudo para nos ajudar”.

A abordagem da Associação destaca-se pela sua adaptabilidade às dinâmicas sociais em constante evolução. A instituição não só oferece acolhimento e serviços permanentes, mas

também procura compreender e agir sobre as nuances dos problemas biopsicossociais de cada indivíduo, demonstrando sensibilidade às especificidades de cada caso (Montero & Sonn, 2009).

Valorizar a qualidade de vida dos sujeitos, alinhada com a promoção da saúde, é uma característica distintiva que se baseia na compreensão abrangente de que o bem-estar vai além da ausência de doença, integrando aspetos físicos, psicológicos e sociais (Nutbeam, 1998).

A Associação também se destaca pelo seu compromisso com a aprendizagem, fornecendo apoio em situações de abstinência de substâncias viciantes. Estas abordagens refletem as melhores práticas atuais de tratamento, que enfatizam a necessidade de desenvolvimento de habilidades para construir uma vida equilibrada e saudável (Marlatt & Donovan, 2005).

O reconhecimento da relevância do apoio psicológico, orientado para o fortalecimento da autoestima e da autonomia, demonstra uma compreensão aprofundada do impacto dos aspetos emocionais no processo de reinserção social. Esta abordagem assenta em princípios humanistas que valorizam o desenvolvimento pessoal e a autorrealização, conforme destacado por (Rogers, 1961).

Para além disso, a Associação reconhece a importância crucial dos laços familiares e comunitários na promoção do envolvimento e da participação dos indivíduos, elementos essenciais para assegurar uma reintegração eficaz, como salientado por (Montero e Sonn, 2009). A interação privilegiada com estes grupos é fundamental para a sua missão.

1.5 ÁREA DE ATUAÇÃO

A Associação aborda um amplo espectro de áreas, demonstrando uma forma abrangente e interdisciplinar de atender às intrincadas necessidades dos indivíduos em posições frágeis. Obter uma apreciação holística destas exigências e obstáculos é fundamental para o desenvolvimento de estratégias poderosas de resolução de problemas (Bronfenbrenner, 1979).

Com o objetivo de favorecer o equilíbrio emocional, a instituição disponibiliza apoio tanto individual como em grupo ao longo do processo de reintegração social. Esta abordagem segue as melhores práticas em psicoterapia, reconhecendo a necessidade de ajustar as intervenções às especificidades de cada participante (Norcross & Wampold, 2018).

A Educação Social é uma dimensão fundamental das atividades da Associação. A elaboração de diagnósticos sociais detalhados e a criação de projetos de vida individuais refletem uma abordagem que vai além do aspeto clínico, considerando as dimensões sociais e culturais de cada utilizador (Fiske, 2014). Fica bem evidente a necessidade de alocar à instituição mais profissionais especializados, nas áreas da psicologia e da educação social, pois as existentes desdobram-se nas mais variadas tarefas e não conseguem dar uma resposta capaz devido ao elevado número de residentes com tantas necessidades.

A prestação de cuidados de enfermagem representa um compromisso adicional com o bem-estar físico dos utilizadores. A instituição tem o sonho, que é o de criar uma unidade de cuidados de enfermagem, pois essa unidade visará não só tratar condições de saúde imediatas, além disso, a instituição procura fornecer educação para a saúde, contribuindo para a promoção de hábitos de vida saudáveis (Whitehead et al., 2009).

O desenvolvimento de competências práticas, a estimulação da criatividade e a criação de oportunidades para a aquisição de aptidões profissionais constituem objetivos centrais de atividades ocupacionais inovadoras, como é o caso das hortas sociais e das oficinas de restauro (Wilkinson et al., 2021).

A formação profissional, realizada em colaboração com entidades estratégicas, evidencia o compromisso da Associação com a reintegração dos indivíduos no mercado de trabalho. Esta formação é considerada fundamental para alcançar autonomia e independência, conforme indicam estudos recentes (European Centre for the Development of Vocational Training, 2021).

As iniciativas promovidas pela Associação ultrapassam a simples prestação de serviços, abrangendo múltiplas dimensões — psicológica, social, física e profissional. Esta abordagem

ampla reflete uma compreensão profunda da complexidade associada à vulnerabilidade social e promove uma intervenção holística e integrada. No entanto, a falta de recursos humanos especializados nas diversas áreas de intervenção dificulta o trabalho.

1.6 ATIVIDADE E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA ASSOCIAÇÃO

1.6.1 ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E EDUCAÇÃO

SOCIAL

No âmbito desta associação, o papel do aconselhamento psicológico e da educação social é da maior importância no contexto do desenvolvimento comunitário e na promoção de uma educação de adultos eficazes. Estas abordagens, quando integradas, contribuem significativamente para o fortalecimento emocional, a resistência individual e a construção de relações saudáveis dentro das comunidades (Montero & Sonn, 2009).

As intervenções psicológicas exercem um papel determinante no bem-estar emocional dos indivíduos inseridos em comunidades. O acompanhamento psicológico oferece um espaço seguro e empático, permitindo que cada pessoa explore as suas emoções e desenvolva uma compreensão mais profunda de si mesma. Como consequência, observa-se um fortalecimento da autoestima e a aquisição de estratégias para enfrentar situações complexas. Para além disso, promove-se uma saúde mental coletiva mais equilibrada, fruto do crescimento pessoal e do estabelecimento de redes de apoio social, elementos essenciais neste processo.

As intervenções psicológicas, que ensinam a lidar com a ansiedade, com a depressão e com o stress, reduzem o sofrimento individual, mas também têm benefícios sociais, pois as pessoas com saúde emocional apresentam-se mais capazes de estabelecer relações saudáveis, contribuindo o equilíbrio da comunidade.

Os programas socioeducativos visam fornecer competências, dentro da própria comunidade, isto, por sua vez, aumenta a consciência social, o bem-estar e a capacitação, quando o aconselhamento psicológico e a educação social se integram perfeitamente, criam sinergia.

Neste sentido, só podem trabalhar em conjunto para apoiar não só um indivíduo ou um grupo, mas toda a comunidade.

Um exemplo eficaz é um modelo que combina sessões psicoterapêuticas em grupo com módulos socioeducativos, oferecendo uma oportunidade abrangente para abordar questões individuais e comunitárias. O aconselhamento psicológico fornece as ferramentas emocionais necessárias, enquanto a educação social permite que os participantes compreendam o contexto em que se inserem e aprendam a aplicar essas ferramentas no seu dia-a-dia, contribuindo assim para o fortalecimento da resiliência comunitária.

No entanto, é importante reconhecer que estas abordagens podem enfrentar desafios, não apenas devido à escassez de recursos, que é uma limitação frequente, mas também por causa do estigma associado à procura de apoio psicológico e das barreiras socioeconómicas existentes. Por isso, é fundamental a instituição adotar estratégias inclusivas, e candidatar-se a programas subsidiados e campanhas de consciencialização, para garantir que essas intervenções cheguem a todos os segmentos da comunidade (Nutbeam, 1998)

A integração destas abordagens oferece uma perspetiva holística, abordando tanto as necessidades emocionais como sociais dos indivíduos. Ao adotar estratégias inclusivas e centradas na comunidade, podemos promover uma sociedade mais saudável, resiliente e participativa, onde os adultos são capacitados a contribuir ativamente para o seu próprio desenvolvimento e o da sua comunidade.

A avaliação sobre este ponto repete o que foi dito no ponto anterior, a falta de meios é o grande obstáculo para a grande necessidade de contratar pessoal especializado para fazer um melhor acompanhamento psicológico e apostar em mais e melhor educação social.

1.6.2 CUIDADOS DE ENFERMAGEM E ATIVIDADES OCUPACIONAIS

Outro aspeto significativo que a organização tenta garantir diz respeito aos cuidados de enfermagem e as atividades ocupacionais porque estas desempenham um papel central no desenvolvimento integral dos membros da comunidade, proporcionando benefícios significativos para a saúde física e mental. A abordagem de enfermagem comunitária, aliada às atividades ocupacionais, cria uma poderosa sinergia para promover o bem-estar holístico dos indivíduos (UNESCO, 2016).

A enfermagem comunitária, seguindo o pensamento de (Viswanathan et al., 2004)), vai além do tratamento de doenças, tendo como objetivos a promoção da saúde, a prevenção de doenças e gestão de doenças crónicas.

Esta estratégia proativa põe a comunidade no centro do processo, reconhecendo a influência dos determinantes sociais da saúde e promovendo a criação de contextos que favoreçam o bem-estar.

Em primeiro lugar, a oferta de serviços de enfermagem à comunidade permite curar as pessoas relativamente aos problemas que possam ter, mas também desenvolver atividades de educação preventiva. A educação para a saúde estimula a adoção de um estilo de vida saudável e o desenvolvimento de estratégias para a gestão das condições crónicas.

Em segundo lugar, o trabalho dos profissionais da comunidade tem efeitos no desenvolvimento integral das pessoas. Conforme destacado por (Bronfenbrenner, 1979), estas estruturas orientadas para o grupo não se limitam a ocupar o tempo livre dos participantes, mas visam desenvolver competências sociais e práticas de forma integrada, ao mesmo tempo que promovem a autonomia e incentivam a participação ativa na vida da comunidade.

Outro aspeto a salientar diz respeito às possibilidades do emprego de atividades de ocupação, que podem ir de programas de artes e ofícios a programas orientados para o desenvolvimento de competências profissionais específicas. Estas atividades apresentam uma componente prática relevante e exercem um impacto significativo na vida dos participantes, uma vez que a inclusão social contribui para a saúde mental. A implementação de atividades ocupacionais

baseia-se na compreensão de que a saúde não se limita à ausência de doença, mas envolve também o bem-estar físico e psicológico. No âmbito da enfermagem comunitária, estas atividades podem ser integradas como parte dos cuidados prestados, oferecendo, por exemplo, programas de exercício físico adaptados a pessoas com condições crônicas. Da mesma forma, as atividades ocupacionais podem beneficiar os profissionais de enfermagem. Por exemplo, embora sejam realizados programas de promoção da saúde, a instituição ainda enfrenta a limitação da ausência de profissionais especializados.

É fundamental reconhecer que a implementação de abordagens integradas pode encontrar desafios, como recursos escassos, desconhecimento sobre a importância da prevenção e barreiras ao acesso. Por isso, é necessário criar estratégias colaborativas, envolvendo não apenas membros da comunidade, mas também entidades estatais. Estas parcerias são cruciais para contornar obstáculos e assegurar a integração eficaz das atividades de enfermagem com as ocupacionais.

A utilização destas estratégias contribui não apenas para a saúde física e mental dos participantes, mas também para o fortalecimento da autonomia, da inclusão e da coesão comunitária. Ao reconhecer a interconexão entre estes dois pilares, podemos criar comunidades mais saudáveis e resilientes, onde cada membro é capacitado para alcançar todo o seu potencial e contribuir ativamente para o bem-estar coletivo.

Avaliando esta linha de intervenção da associação, verifica-se a importância de ter cuidados de enfermagem permanentes, pois os residentes da comunidade têm as mais diversas patologias que o assim exigem, sendo a população 45% de ex-reclusos, com fortes ligações aos consumos de substâncias ilícitas e lícitas, os mesmos sofrem de vários problemas de foro psiquiátrico o que carece de muitos cuidados de saúde, mas a carência financeira da instituição não permite de momento contratar profissionais de saúde a tempo inteiro, bem com a gritante falta de outros profissionais para as atividades ocupacionais.

1.6.3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS AÇÕES

A formação profissional e outras ações desempenham um papel crucial no desenvolvimento dos residentes da comunidade, capacitando-os na procura de oportunidades de emprego e fomentando a participação ativa na comunidade. A formação profissional proporciona competências práticas e conhecimentos específicos e é um impulso importante para a entrada no mercado de trabalho (Hodkinson & Sparkes, 1997). Além disso, iniciativas como programas de mentoria e redes comunitárias desempenham um papel importante no fortalecimento das redes sociais e na promoção da coesão dentro da comunidade (Putnam, 2000).

A associação está convicta de que um fator fundamental para capacitar os adultos da comunidade é a formação profissional. Esta abordagem fornece competências práticas e conhecimentos técnicos aos indivíduos com o objetivo de os tornar mais competentes para (ou no) mercado de trabalho. Contudo, como salientaram (Hodkinson e Sparkes, 1997), a formação profissional não deve ser apenas uma questão de competências técnicas, em vez disso, deve também envolver a aquisição de competências sociais, métodos de resolução de problemas e competências de pensamento crítico.

A Associação considera que a formação profissional ao responder às necessidades do mercado local pode reduzir significativamente o desemprego e melhorar a qualidade de vida dos adultos da comunidade. A ênfase na educação prática revela-se essencial para responder às exigências do mercado de trabalho, contribuindo para a empregabilidade e preparando os indivíduos para os desafios do contexto profissional.

Outro ponto relevante é que os programas de redes comunitárias promovem laços sociais com impacto concreto na vida das pessoas. Ao criar oportunidades de interação entre profissionais, empresários e membros da comunidade, estas atividades facilitam a troca de conhecimentos e abrem portas a potenciais empregos e colaborações locais. Estes vínculos, fundamentados na confiança mútua, beneficiam não apenas o desenvolvimento individual, mas também fortalecem a coesão e a resiliência da comunidade.

É na mistura harmoniosa de várias abordagens que reside a verdadeira eficácia. Ao integrar a formação profissional com programas de mentoria e *networking*, é criado um ecossistema de desenvolvimento autónomo que vai além da mera aquisição de competências técnicas,

enquanto a mentoria oferece uma perspectiva visionária, o *networking* introduz domínios práticos para aplicar estas competências, porque o desenvolvimento profissional efetivo não depende apenas do conhecimento técnico, mas também da capacidade de aplicar esse conhecimento em contextos reais, de se adaptar, de inovar e de evoluir com o mercado de trabalho.

Por exemplo, um programa integrado poderia organizar workshops de formação profissional e, ao mesmo tempo, oferecer sessões de mentoria juntamente com eventos de *networking*. Estas iniciativas permitem que os adultos se preparem para os desafios do mercado de trabalho, ao mesmo tempo que contribuem para a formação de uma rede de apoio sólida, baseada na partilha constante de conhecimentos e experiências.

Para a Associação, a implementação destas abordagens revela-se uma estratégia eficaz não apenas para estimular o crescimento pessoal e profissional, mas também para reforçar a empregabilidade, consolidar os laços sociais e fortalecer o sentido de comunidade. Investir na educação prática, na orientação e no trabalho em rede permite formar comunidades mais resilientes e dinâmicas, onde todos podem desempenhar um papel ativo na contribuição para o crescimento e prosperidade coletivos.

Mas aqui reside mais uma das lacunas da instituição, neste momento faltam apoios institucionais para se desenvolver um plano de formação adequado às necessidades dos residentes da comunidade, uma necessidade, várias vezes, mencionada pelos participantes nas diversas conversas informais que mantivemos ao longo do tempo. A formação profissional é inexistente, esta lacuna está a hipotecar o futuro de muitos residentes, bem como a sua reinserção, inclusão e integração na vida ativa e, como muitos me confidenciaram terem a sua própria autonomia é um dos seus grandes sonhos.

1.7 PERFIL DOS PARTICIPANTES E DESAFIOS ENFRENTADOS

O perfil dos participantes e os desafios enfrentados são aspetos fundamentais a serem considerados no contexto do desenvolvimento comunitário e da educação de adultos. Nesse

âmbito, é fundamental compreender a diversidade e as necessidades individuais dos participantes, assim como as barreiras que podem surgir ao longo do processo de aprendizagem e desenvolvimento comunitário (Taylor, 2008), a Associação atualmente atende 51 residentes, cujas idades variam de 26 a 73 anos. Os objetivos gerais da instituição visam proporcionar acolhimento, promover a qualidade de vida, fomentar a aprendizagem e privilegiar a interação com a família e a comunidade.

Em primeiro lugar, é necessário analisar o perfil do participante envolvido com iniciativas de desenvolvimento comunitário e educação de adultos (Merriam et al., 2007). Estes participantes, de diversas idades, várias histórias de vida, desde jovens recém-formados do ensino secundário que estão apenas a tentar começar as suas vidas profissionais até pessoas na casa dos 40 anos que têm o ensino básico e que anseiam iniciar uma atividade profissional, mas muitos não conseguem em virtude das suas dependências e problemas de saúde.

É importante que os educadores sociais tenham uma compreensão ampla do perfil diversificado que os participantes trazem para o seu programa, as estratégias de ensino e desenvolvimento podem ser variadas em cada caso (Wilson & Davis, 2016). Isto pode implicar a utilização de diferentes métodos de trabalho para satisfazer as necessidades individuais dos participantes, a preparação de ações que sejam culturalmente apropriadas e, talvez o mais importante, o esforço para criar um ambiente de aprendizagem que valorize e acolha as experiências e pontos de vista de cada participante como sendo tão válidos como o seu próprio (McCormack, 2003). No entanto, não deixa de ser verdade que, embora todos os tipos de identidades de participantes possam ser compreendidos mais profundamente com um conhecimento tão amplo sobre as origens dos participantes, no desenvolvimento comunitário e na educação de adultos ainda existem muitas dificuldades (Hodkinson & Sparkes, 1997).

Um dos principais desafios é o acesso a recursos adequados em todas as fases do desenvolvimento comunitário e dos processos de educação de adultos que são constantemente propagados nas comunidades locais (The World Bank, 2011). Em muitas comunidades, especialmente as que se encontram em zonas rurais ou economicamente deprimidas, as infraestruturas limitadas podem ser uma grande barreira ao sucesso do desenvolvimento comunitário e das iniciativas de educação de adultos. A título de exemplo as

peças de grupos étnicos minoritários podem enfrentar o dilema das barreiras linguísticas e culturais que tornam ineficaz a sua participação em programas de desenvolvimento comunitário ou de educação de adultos

No caso dos residentes e participantes, da observação dos seus perfis, nas múltiplas conversas intencionais que mantive com eles, constata-se que enfrentam vários obstáculos pessoais, como a saúde mental, a instabilidade económica, a marginalização e estigma, a quebra de laços sociais e familiares e a solidão. Situações que resultam das suas opções de vida, num passado recente, afastaram-nos das suas famílias, do lugar de pertença e de vários ambientes sociais, dentre eles da escola. Assim possui percursos escolares curtos, fragmentados, que condicionam, muitas vezes o envolvimento sistemático em atividades de aprendizagem e desenvolvimento comunitário. Isto exige que os facilitadores e educadores, em tais circunstâncias, forneçam mais experiências práticas através de um acompanhamento mais personalizado que seja capaz de diagnosticar áreas onde se apresentem com maior ou menor domínio. Ao mesmo tempo, que sejam capazes de mobilizar estes saberes para a dimensão coletiva, criando espaços para o desenvolvimento formativo que permita a partilha de saberes, favorecendo a motivação e a realização de uma aprendizagem experiencial e significativa

1.7.1 TIPOS DE SUJEITOS PARTICIPANTES

Os participantes que se envolveram no projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência”, são adultos provenientes de meios marginalizados e desamparados. Este projeto incorpora pessoas que estavam em situação de sem-abrigo, detidas anteriormente e migrantes. Este grupo enfrenta regularmente obstáculos notáveis, como o isolamento social, o estigma e o acesso limitado a bens.

Em relação ao desenvolvimento comunitário e à educação de adultos, na associação onde foi desenvolvido o projeto, aquando da minha integração foi-me permitido contactar com os sujeitos em várias atividades, tais como iniciativas de educação e formação, atividades essas com grande significado quer para as técnicas que administravam essas atividades, quer para

os sujeitos, pois eles verbalizavam-me que essas atividades eram muito importantes para o seu desenvolvimento.

Neste sentido, podemos identificar várias categorias de sujeitos/participantes que frequentaram as atividades de educação e formação e que se enquadram em atividades vocacionadas para o desenvolvimento comunitário e a educação de adultos.

Muitos adultos mais velhos estavam interessados em aprender novas habilidades, explorar interesses pessoais e manter-se socialmente conectados, mesmo após a aposentadoria. Os programas concebidos para os idosos centram-se normalmente em atividades de lazer, culturais e educativas que promovem a saúde física e mental, enquanto estimulam a interação social., como referiu o participante M.G.” gostava de saber ler e escrever é o meu maior sonho, para poder tirar a carta e também de fazer um curso de cozinha, mas aqui na instituição é impossível, também já sou velho, já vou morrer aqui”

Em Portugal os jovens e os jovens adultos constituem uma população-chave de participantes em programas de desenvolvimento comunitário e de educação de adultos. No caso dos jovens adultos (entre os 18 e os 30 anos) estes estão interessados na educação pós-secundária/formação profissional, ou em aprender uma competência para iniciar a sua carreira ou para enriquecimento pessoal. Foi possível encontrar alguns residentes com este perfil, como me confidenciou o participante R.S.: “Só tenho o 6º ano, estive preso, mas não quero voltar a estudar, mas queria fazer formação profissional na área da mecânica, isso iria possibilitar a minha independência financeira e permitia a minha autonomia”. O mesmo me disse outro residente (o P.M.), nas várias conversas informais e intencionais que mantivemos. Este gostaria de concluir o 12º ano, e depois tentar um curso superior”. Estas afirmações dos participantes realçam a importância de se apostar na formação ao longo da vida, mas a falta de formação é uma das grandes lacunas da instituição.

Acresce que a realidade encontrada na instituição não é de todo semelhante à realidade do país há algumas exceções e conta com indivíduos com baixas qualificações e sem motivação para a literacia escolar. No entanto, a Associação investe na formação sobre assuntos como o emprego, a formação para o autoemprego, a liderança e a cidadania ativa.

A comunidade de residentes e participantes à semelhança da atual realidade portuguesa, acolhe pessoas de outras nacionalidades e de outras etnias, o que representa um desafio acrescido, pois este grupo constitui uma parte significativa da população residente e, estes sujeitos podem enfrentar vários desafios de integração social, linguísticos e relacionados com os serviços. As estratégias para a inclusão das minorias étnicas e imigrantes centram-se geralmente na inclusão social, na igualdade de oportunidades e na diversidade cultural destes grupos através de meios como aulas de línguas, formação profissional ou orientação no desenvolvimento de carreira; medidas de prevenção de preparação intercultural para ajudar nos esforços de integração comunitária. Como me confidenciou M.P.G., imigrante “gostava de ter as mesmas oportunidades dos portugueses, mas sinto me muitas vezes alvo de discriminação e até de exploração”

Dos residentes existem vários sujeitos com necessidades educativas especiais, pessoas que são descritas como tendo dificuldades físicas, intelectuais, sensoriais ou emocionais. Estes indivíduos podem não ter pleno acesso à educação e à vida comunitária, resultando na necessidade de materiais pedagógicos que abordem as suas dificuldades específicas. Os programas para pessoas com deficiência servem para promover a sua inclusão, autonomia e desenvolvimento pessoal, disponibilizando apoio individual, bem como tecnologias (assistidas) e atividades adaptadas, a este respeito confidenciou-me A.J.S. “depois da falência da empresa que tinha, veio o divórcio, seguido de uma depressão crónica profunda, tenho necessidade de ajuda para me manter de pé, mas a instituição não está preparada para tal, tem muita falta de pessoal para o fazer”.

No âmbito da comunidade foi possível encontrar pessoas que estão sujeitas ao desemprego, umas de longa duração, outras de menos duração, pessoas em situação de vulnerabilidades social, pessoas para as quais é urgente criar programas de desenvolvimento comunitário e de educação de adultos, programas que foquem a melhoria da empregabilidade e aquisição de competências básicas e na inserção no mercado de trabalho. Estes programas podem incluir formação profissional, orientação vocacional, formação em competências sociais e financeiras e apoio para ultrapassar as barreiras pessoais e sociais à inserção profissional, como me referiu J.C.T. “estou velho pra trabalhar, novo para a reforma, precisava de um emprego, sem

trabalho não tenho nada, nem dignidade, se não fosse a instituição já tinha morrido ou estava a dormir na rua”

Na associação foi possível contactar alguns pais e cuidadores e perceber que embora um trabalho meritório esteja a ser feito, ainda é preciso agir no sentido de desenvolver estratégias que visem o apoio à parentalidade, à educação familiar e ao desenvolvimento juvenil. Estas estratégias poderão estabelecer as competências e os recursos necessários para que os pais e cuidadores possam promover o bem-estar e o desenvolvimento saudável dos seus filhos e melhorar os laços familiares e comunitários. A título de exemplo, numa conversa informal e intencional com o pai do participante L.C.S. ele referiu: “não tenho capacidades para poder ajudar o meu filho com os seus problemas de consumos e de depressão permanente, sinto-me impotente e um inútil”

Sendo os profissionais e voluntários da instituição participantes ativos deste projeto, encontrei neles um grupo de pessoas resilientes e dedicadas. O presidente da instituição que comanda tudo o que acontece dentro da instituição, sendo uma pessoa que passou pelos problemas que atualmente existem na vida dos residentes, tais como consumos de substâncias ilícitas, ligação ao mundo do crime, dá-lhe um conhecimento das angústias e anseios dos residentes, embora de todas as muitas conversas que tivemos verifiquei que além de algum sentimento utópico, falta-lhe o sentido de consciência do que é gerir uma instituição deste género, bem como falta de formação específica na área de gestão de uma IPSS. Relativamente às técnicas, verifiquei um grande comprometimento em ajudar os residentes, mas as grandes dificuldades económicas e organizacionais da instituição, bem como a grande falta de recursos humanos torna quase inglório a sua dedicação e trabalho. Já os voluntários ajudam no que lhes é possível, mas o limite de tempo disponível não lhes permite uma maior colaboração.

Os profissionais e voluntários do sector social são também sujeitos. São atendidos na formação de conhecimentos, competências e práticas de trabalho para melhor atender às necessidades das comunidades. Os assuntos incluem formação na área da gestão de projetos sociais, trabalho em equipa, comunicação, defesa de direitos e ética profissional, nesta área é importante um investimento na formação, pois como refere a Diretora Técnica “precisávamos

de formação para estarmos mais preparadas para lidar com a diversidade de problemáticas dos participantes”

1.7.2 SUJEITOS ENTREVISTADOS

A fim de conhecer melhor os residentes e de fazer uma análise dos seus perfis, realizei entrevistas a 10 participantes, o que proporcionou uma visão mais detalhada sobre experiências, dificuldades e aspirações que tiveram origem em contextos de vulnerabilidade social. Neste estudo, os 10 participantes residentes partilharam abertamente as suas narrativas de percursos pessoais e profissionais que os trouxeram onde estão agora. Quando tomadas em conjunto, uma análise destes perfis apresenta temas onipresentes e detalhes idiossincráticos que iluminam as necessidades, esperanças e obstáculos que os indivíduos enfrentam ao tentar reconstruir as suas vidas em tempos difíceis. Esta análise visou informar sobre os principais temas emergentes e, quando relevante, traçamos áreas de concordância ou divergência entre os participantes, de forma a contextualizar as inúmeras lutas relacionadas com a (re)integração social/pessoal enfrentadas por esta população.

1.º Participante

Um desses participantes é um homem solteiro, de 35 anos, sem filhos, que esteve preso quatro anos. Mudou-se para a instituição após ter tido problemas com o álcool e não receber ajuda da família. Este apresentou-se dizendo: “Eu costumava ser funcionário de retalho e quero voltar ao negócio” Exceto o alcoolismo, a sua saúde era excelente. Disse que a experiência na instituição lhe faz parecer que está a começar de novo. Mantém contacto com a sua família, um valor máximo para ele. Tudo o que ele quer é manter-se limpo e ter uma boa vida.

2.º Participante

Homem de 48 anos, divorciado, tem uma filha e está na instituição há 6 anos. Chegou à instituição após a separação da mulher e problemas com álcool e drogas. Este afirma que: “Já trabalhei na área da saúde e gostaria de ficar desse lado”. Enfrenta problemas de saúde

causados pelo uso de álcool ou drogas. Tem sentimentos contraditórios sobre a sua experiência na instituição, mas como me disse: “Tirei o máximo de uma situação má”. Mantém contacto com a família e participa em diversas atividades da instituição. A um nível mais profundo, o seu desejo é provavelmente motivado pelo anseio de algo mais básico, passar pela vida sem muito stress indevido.

3.º Participante

Homem com 42 anos, solteiro, sem filhos, está na instituição há oito anos. Mudou-se para lá por causa de problemas familiares e com a bebida. A sua expectativa para o futuro prende-se com sua experiência profissional do passado: “Eu costumava ser empregado de limpeza, por isso gostaria de voltar para esse setor”. Tudo o que o aflige é o alcoolismo. Dá-se bem na instituição e mantém contacto próximo com a família. Ele só quer recuperar a sobriedade e voltar a viver sozinho.

4.º Participante

Um homem de 44 anos que vive na referida unidade há dois anos por falta de apoio familiar, foi diagnosticado com cancro. A semelhança do participante anterior, revela: “Já fui empregado de limpeza e gostaria de voltar por esse caminho”. Está em tratamento com quimioterapia, mas não apresenta comorbidades. Considera a experiência na instituição como uma oportunidade de recomeço e tem uma excelente relação com os pares e com a equipa técnica. Mantém contato regular com a família, o que é importante para ele. A sua maior ambição é, depois de tratado o cancro, conseguir viver com autonomia.

5.º Participante

Homem de 26 anos, é solteiro, não tem filhos e está na instituição há 1 ano. Possui problemas psiquiátricos e, após a alta hospitalar, não encontrou casa para viver. Anteriormente, trabalhava como ajudante de padeiro e trolha. Não apresenta problemas de saúde significativos além dos problemas psiquiátricos. Considera a experiência na instituição positiva e mantém contato regular com a família. Voltar a trabalhar para ter uma vida estável é a sua maior aspiração.

6.º Participante

Homem de 56 anos, divorciado e com um filho. Está na instituição há dois anos e meio, em virtude de uma depressão após o divórcio. Anteriormente, trabalhava como trolha e gostaria de voltar a essa área. Enfrenta outros problemas de saúde devido à depressão. Não gosta da experiência na instituição e pretende voltar a ter a sua própria casa. Procura estabilidade emocional e financeira e mantém contato regular com a família.

7.º Participante

Homem de 41 anos, solteiro, sem filhos, está na instituição há 9 anos devido a problemas de saúde e por se sentir sozinho. Anteriormente, trabalhava como calceteiro, padeiro, pasteleiro e na montagem de eólicas. Enfrenta problemas de saúde pulmonares. Acha a experiência na instituição desafiadora e valoriza os laços familiares. Desempenha funções de vigilante na instituição. A sua maior aspiração é encontrar um emprego de empregado de armazém.

8.º Participante

Homem de 54 anos, divorciado, com um filho. Após a morte da mãe, por falta de suporte financeiro, entrou na instituição, onde está há 2 anos. Anteriormente, trabalhava como escultor e pintor e gostaria de retomar essa profissão. Enfrenta problemas de saúde como enxaquecas, dores no corpo e ansiedade. Não gosta da experiência na instituição, no entanto valoriza o apoio que esta lhe dá. Procura estabilidade emocional e mantém contacto regular com a família.

9.º Participante

Homem de 59 anos, solteiro e com dois filhos. Os problemas de saúde e a falta de apoio familiar trouxeram-no para a instituição há 9 anos. Anteriormente, trabalhava como construtor civil. Enfrenta problemas de saúde pulmonares e já teve problemas com álcool. Valoriza os laços familiares e desempenha funções como ajudante de limpeza na instituição. A sua maior ambição é estar perto da família.

10.º Participante

Homem de 59 anos, divorciado e com um filho. Está na instituição há 9 anos devido a problemas familiares. Anteriormente, trabalhava como empresário da construção civil e gostaria de voltar a trabalhar nessa área. Enfrenta problemas de saúde devido à diabetes. Considera a experiência na instituição positiva e valoriza os laços familiares. Desempenha funções como cozinheiro na instituição e procura condições de saúde para realizar seu maior sonho, voltar a conduzir.

O projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” procurou promover a inclusão. Para conseguir esse objetivo focou-se especialmente em indivíduos com laços familiares inexistentes ou frágeis. Muitos destes participantes encontram-se afastados das suas famílias devido a circunstâncias complexas, como longos períodos de reclusão, experiências de se encontrarem em situação de sem-abrigo ou situações de isolamento social.

O projeto procurou intervir nestas ruturas, promovendo o desenvolvimento pessoal e oferecendo uma plataforma de reintegração que favorecesse a reunificação familiar sempre que possível. Isto incluiu a prestação de apoio, como aconselhamento, mediação e atividades de intervenção familiar. Ao fazê-lo, o projeto teve como objetivo restaurar a ligação com os entes queridos através da comunicação e, assim, reintegrar-se nas redes sociais.

1.8 BARRERAS SOCIECONÓMICAS AO DESENVOLVIMENTO DAS ABORDAGENS

Seria fundamental abordar estas questões, para que as intervenções propostas não conseguissem ultrapassar as barreiras económicas e chegar a todos naquela comunidade (incluindo 45% dos participantes que tiveram penas de encarceramento no passado). Por exemplo, as disparidades na situação económica podem impedir que muitos participantes tenham acesso aos recursos tangíveis necessários para uma participação mais plena em programas de apoio psicológico e educativo (Hodkinson & Sparkes, 1997). Embora estas

barreiras socioeconómicas possam apresentar-se de diversas formas, requerem estratégias únicas para serem combatidas.

A semelhança de estudos nesta área, a maioria dos participantes enfrenta despesas não planeadas e acesso limitado a fundos que lhes proporcionem cuidados de saúde mental e educação de qualidade (UNESCO, 2016). Situação agravada especialmente para aqueles que, anteriormente, estiveram com medidas privativas da liberdade, ou aqueles que enfrentam dificuldades financeiras devido a problemas familiares e de saúde. Acresce que o desafio se amplia quando, neste caso, a própria instituição tem falta de apoios e se apresenta paupérrima do ponto de vista financeiro, não podendo proporcionar esse tipo de apoio aos residentes.

Uma grande barreira que detetei durante a minha estadia na instituição, foi as infraestruturas inadequadas, pois o edifício era uma fábrica de móveis, um lugar frio e de muito mau aspeto, falta de higiene, as condições de habitabilidade eram péssimas, de sobrelotação, onde poderiam viver 10 residentes viviam 40.

Para o desenvolvimento de programas e projetos de apoio mental e educativo é importante infraestruturas adequadas (Norcross & Wampold, 2018). Em alguns casos, como ambientes muito fechados, como é o caso da instituição acolhedora do projeto, poderá existir um défice de recursos e limitações que dificultam a prestação de apoio adequado aos cuidados de saúde mental ou a realização de ações educativas transversais.

Um obstáculo comum é a falta de transporte institucional, situação que inibe o acesso a serviços externos. Isto reforça a convicção de que existe para este tipo de população uma espécie de barreira de transporte que torna ainda mais difícil a vida para os indivíduos que pertencem a populações carenciadas e isoladas ou que necessitam de alguma medida de assistência à mobilidade, devido às condições de saúde e outras circunstâncias infelizes. Sem oportunidades reais de transporte, é muito difícil envolver-se no tipo de psicoterapia que, como sabemos, cura traumas ou participar em muitas ações educativas quando estão fora da instituição.

Alguns dos participantes antes de contactar a instituição, já tinham problemas com a justiça, apesar de essas ações não terem tido como resultado a prisão. A maioria enfrentou tipos de isolamento social e vulnerabilidade. Antes de entrar na instituição, tiveram dificuldades com questões como a pobreza e o deficiente acesso a oportunidades de habitação e/ou trabalho estáveis.

Quando decidiram usufruir do apoio da instituição, encontraram muitas barreiras, que dificultaram a sua integração. Os problemas que enfrentaram incluíam o estigma sobre os seus antecedentes criminais, que muitas vezes já lhes tinha criado dificuldades à sua integração plena na sociedade. Além disso, enfrentavam dificuldades profundas ligadas à vulnerabilidade financeira, à ausência de emprego digno e à falta de um teto seguro. Com apoios insuficientes do sistema público, muitos desses indivíduos viam-se obrigados a recorrer a alternativas externas para obter bens e serviços essenciais — uma situação não apenas constrangedora, mas também desanimadora.

A organização esforça-se por contornar essas barreiras, oferecendo um conjunto abrangente de serviços, que inclui orientação, preparação profissional e assistência habitacional. Ainda assim, lidar com estes problemas exige estratégias contínuas e multidimensionais, que garantam o sucesso da reintegração e da capacitação de pessoas afetadas pela exclusão social.

Abordar de forma proativa estas barreiras socioeconómicas permite que todos os membros da comunidade, incluindo aqueles em situações vulneráveis, tenham acesso a serviços de saúde mental. Esta intervenção não só fortalece a saúde individual e coletiva, como também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2. ANÁLISE DA REALIDADE

No âmbito do projeto “Para Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência”, foi realizada uma investigação detalhada sobre o contexto socioeconómico e cultural em que os participantes vivem, procurando compreender de forma mais profunda as condições que influenciam as suas experiências e oportunidades. Este contexto não é apenas o cenário da

realidade, ele molda os desafios e as oportunidades das pessoas envolvidas. Este trabalho de análise orientou o projeto e as suas intervenções de forma mais precisa, de forma a ter um impacto real na vida dos participantes, respondendo, assim, a necessidades específicas e ajudando a delinear uma mudança duradoura. Durante as conversas informais que fui tendo com os participantes, foi frequente ouvir frases como estas: “Sinto-me sempre como se já soubessem quem eu sou, sem me conhecerem realmente” (dita por R.S.) e “Parece que, para a sociedade, somos todos iguais, e não no bom sentido,” (dita por A.J.S.), que refletem a forma como o contexto influencia o sentido de pertença e a autoestima dos participantes.

Para entender plenamente as realidades vividas por estas pessoas, o projeto apoiou-se numa recolha de dados diversificada, incluindo questionários, mas principalmente em muitíssimas conversas informais e intencionais, durante passeios individuais. Estes momentos de proximidade permitiram perceber o impacto direto das barreiras sociais e económicas na vida dos participantes, evidenciando o peso da pobreza, da exclusão social e da marginalização no seu dia-a-dia. Num desses encontros com M.G., ele confidenciou: “quase não me lembro da última vez em que alguém me perguntou o que eu quero para o meu futuro.” Este desabafo revela a profundidade do efeito da exclusão no seu bem-estar emocional e na capacidade de acreditar em novas possibilidades. Partilhas como esta ajudam a orientar o projeto, proporcionando uma visão mais próxima e humana das experiências dos indivíduos.

Conforme destacam (Hodkinson e Sparkes, 1997), compreender os dados sociodemográficos é essencial para responder de forma adequada às necessidades de grupos em situação de maior fragilidade. Os autores salientam fatores estruturais como o desemprego, a escassez de habitação acessível e as dificuldades de acesso à educação e aos cuidados de saúde — elementos que impactam diretamente a inclusão social. Ao longo do projeto, vários participantes, incluindo ex-reclusos e pessoas em situação de sem-abrigo, revelaram experiências marcadas pelo estigma e pela ausência de apoio, colocando-os numa situação de vulnerabilidade extrema e num ciclo difícil de quebrar. Um exemplo disso foi partilhado por M.P.G., que confidenciou: “Para muitos, eu continuo a ser o que já fui, sem espaço para ser alguém novo.” Esta frase evidencia o peso do estigma na vida de quem procura recomeçar e a dificuldade de conquistar uma segunda oportunidade.

A exclusão social é uma realidade comum entre os participantes, levando muitos a sentirem-se deslocados dentro da própria comunidade. Este afastamento intensifica os efeitos negativos da exclusão, afetando tanto a saúde física quanto o equilíbrio emocional e psicológico. (Montero e Sonn, 2009) enfatizam que a exclusão social limita a participação ativa na sociedade, reforçando o isolamento e perpetuando a marginalização. Muitos participantes expressaram o desejo de se sentirem parte de algo; J.C.T., por exemplo, disse: “Gostava que me vissem como alguém com algo para oferecer, e não como alguém a evitar.” Para responder a este anseio, o projeto procurou criar um ambiente verdadeiramente inclusivo, no qual cada indivíduo se sentisse valorizado e motivado a contribuir de forma ativa na comunidade.

O estigma (em particular) e a discriminação (no seu todo) permanecem como barreiras significativas à reintegração de grupos marginalizados, incluindo pessoas em situação de sem-abrigo e ex-reclusos. (Fiske, 2014) define o estigma como um obstáculo duradouro, apontando que preconceitos e estereótipos dificultam tanto o acolhimento social quanto o acesso a oportunidades concretas de reconstrução de vida. Durante o contacto com os participantes, tornou-se evidente o peso emocional do estigma. A.J.S. confidenciou mais de uma vez: “Quase sinto que tenho uma marca que toda a gente vê, mesmo antes de me conhecerem.” Este sentimento não era isolado, refletindo a experiência de vários participantes diante de julgamentos que reduzem a sua identidade ao passado. Frente a esta realidade, o projeto comprometeu-se a desconstruir percepções negativas, promovendo uma visão mais inclusiva e humana daqueles que vivem à margem. O reconhecimento de que combater o estigma é essencial para uma inclusão genuína guiou todas as ações desenvolvidas.

A análise da realidade procurou identificar necessidades específicas e frequentemente complexas dos participantes. Tive oportunidade de observar diretamente esta diversidade durante os longos períodos passados na instituição, conversando com os participantes e ouvindo relatos que permitiram caracterizar diferentes situações. Entre as necessidades mais referidas destacam-se habitação estável e acesso a oportunidades de emprego, frequentemente apontados como essenciais para sentirem-se integrados. C.J.M. expressou: “Se ao menos tivesse um lugar que pudesse chamar meu, de onde não tivesse que sair todos

os dias, talvez fosse diferente.” Estas palavras ilustram a insegurança habitacional enfrentada por muitos.

Além disso, o acesso a cuidados de saúde adequados e a redes de apoio social, tão fundamentais, nem sempre é fácil de garantir. Muitos expressam frustração pela dificuldade em encontrar assistência. Como mencionado por R.S., “ninguém quer saber se estou doente, parece que só conto para as estatísticas,” confidenciou-me várias vezes este participante, ilustrando a necessidade de um sistema de apoio que valorize a dignidade de cada pessoa.

Outras necessidades, que observei serem igualmente urgentes, incluem o desenvolvimento de competências essenciais para a vida, como a capacidade de comunicação, o pensamento crítico e a gestão emocional. Estas competências são frequentemente apontadas pelos participantes como áreas onde sentem dificuldades. Como referiu P.A.F., “às vezes, não sei como dizer o que sinto, e isso afasta as pessoas,” confessou este participante. Mas este sentimento não é isolado, foi-me partilhado por muitos outros participantes. É, portanto, relevante destacar a importância da comunicação eficaz e da regulação emocional para o bem-estar e a integração dos participantes. O projeto, assim, não se limita a responder às necessidades imediatas, mas procura também capacitar os indivíduos para uma vida mais autónoma e plena. Desenvolver estas competências é crucial para que consigam enfrentar os desafios do quotidiano e melhorar a sua qualidade de vida, promovendo uma autonomia duradoura que ultrapasse a simples satisfação de carências momentâneas.

A abordagem adotada pelo projeto é participativa, envolvendo os participantes de forma ativa na identificação e resolução das suas próprias necessidades. Esta metodologia alinha-se com os princípios da investigação-ação participativa defendidos por (Freire, 1970), que destacam a importância de as pessoas participarem diretamente na construção de soluções que lhes permitam melhorar as suas vidas. A análise partilhada da realidade é acompanhada por estratégias relevantes e capacitadoras, permitindo que os indivíduos assumam um papel central nas mudanças que desejam concretizar.

A comunidade desempenha um papel essencial neste processo. Para que os resultados do projeto sejam efetivos, é fundamental desenvolver redes comunitárias sólidas, capazes de

apoiar os participantes e fornecer os recursos e oportunidades necessários para uma reintegração sustentável e bem-sucedida. Para isso, é necessário estabelecer parcerias com empresas locais, Juntas de Freguesia, outras instituições de solidariedade social, fundações, serviços sociais e voluntários, criando uma teia de colaboração que reflita uma comunidade ativa, solidária e envolvida. Ao fortalecer os vínculos entre os participantes e o seu ambiente, o projeto promove a inclusão social e contribui para a criação de uma rede de apoio essencial ao processo de reintegração. Este esforço conjunto favorece o desenvolvimento de uma sociedade mais coesa, justa e participativa.

Alinhando-se com os princípios da psicologia comunitária, a iniciativa não se limita à resolução de problemas individuais, mas procura gerar transformações a níveis mais amplos e estruturais. (Montero e Sonn, 2009) sublinham a importância da ação coletiva e da mudança social como elementos essenciais para enfrentar as desigualdades que alimentam a exclusão e a marginalização. Assim, o projeto procurou educar os participantes através do envolvimento das comunidades locais nas suas atividades e performances, desafiando preconceitos e promovendo a coesão social. Este envolvimento comunitário é vital para a construção de uma sociedade mais inclusiva e solidária.

A análise da realidade constitui um dos pilares do projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência”, servindo como base para promover mudanças significativas e gerar maior estabilidade, tanto para os participantes como para a comunidade em geral. Através de um exame detalhado do contexto, procurou-se compreender os fatores individuais e estruturais que alimentam a exclusão social. Com este conhecimento, foram delineadas intervenções focadas no fortalecimento e empoderamento dos indivíduos, na construção de comunidades inclusivas e na promoção de uma maior equidade, tanto na distribuição de recursos como no acesso às instituições. Uma avaliação contínua garante que a iniciativa mantém o seu compromisso com uma sociedade mais justa e solidária, onde todos possam viver de forma digna e ter acesso aos recursos necessários para o seu desenvolvimento.

A construção do projeto assentou numa análise participativa da realidade, estruturada através de uma série de reuniões estratégicas. Num primeiro momento, realizou-se um encontro

apenas com o presidente da instituição e a equipa técnica, destacou-se pela relutância e pessimismo que emergiu quanto ao sucesso da iniciativa (Learning and Work Institute, 2022). Este ceticismo, contudo, não diminuiu a minha determinação. O ponto de viragem aconteceu quando, com confiança e um sentido de união, disse: "deixem-me acreditar, vamos voar juntos nas asas de um sonho coletivo." Esta frase foi um marco importante, pois deu início a um processo de aproximação com a equipa técnica, que começou a encarar o projeto com maior abertura e disposição para o diálogo e tanto a direção como a equipa técnica (a partir deste desafio que lhes lancei) foram participantes muito motivados e ativos. Tendo o Sr. Presidente, que de início se mostrou uma pessoa insensível, no percurso do projeto se transformado numa pessoa mais sensível e emotiva, conseguindo partilhar com o grupo a sua história ligada aos consumos, fazendo questão de no dia da apresentação do espetáculo dedicar o projeto à sua mãe, em jeito de reconciliação e de gratidão, sendo um momento marcante de grande emoção.

No momento seguinte, o encontro contou já com a presença dos 28 participantes, num formato de encontro destinado a quebrar o gelo. A resistência inicial por parte de alguns foi evidente, como já mencionado por (Castel, 1995) quando discute efeitos da desfiliação social. No entanto, optei por uma abordagem mais empática e próxima, procurando envolver cada pessoa no processo. Este acompanhamento individualizado revelou-se essencial para o êxito da terceira reunião, durante a qual todos foram encorajados a participar ativamente, tanto nas discussões como na tomada de decisões. Esta foi uma fase crucial, pois possibilitou que os participantes se vissem como parte integral do projeto, promovendo a cocriação e um maior sentido de pertença, como me disse J.C.S, "você conseguiu nos fazer falar abertamente dos nossos problemas, isto vai nos fazer bem".

Posteriormente, num outro encontro, com 15 participantes, o grupo abordou as várias problemáticas existentes, e de forma participativa e colaborativa a maioria decidiu que uma das estratégias a escolher seria da área da cultura, fruto do contexto e dos interesses pessoais. A decisão coletiva foi mais um exemplo da importância do processo participativo, promoveu-se o planeamento conjunto e a troca de ideias, tendo esta reunião conduzido à definição do teatro como a estratégia central e principal ferramenta de expressão, esta decisão não foi unanime, pois 2 participantes sugeriram a pintura e 3 a leitura, mas a maioria escolheu o

teatro e foi uma escolha estratégica que não apenas possibilitou a integração de outras artes, como a pintura e a música, mas também permitiu que todos os envolvidos expressassem as suas histórias de forma significativa (Johnson & Anderson, 2019).

3. O DESENHO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

3.1. A FINALIDADE

Todo projeto deve ter uma finalidade, pois é ela que revela a razão de ser de um projeto e a contribuição que ele pode trazer aos problemas e às situações que se torna necessário transformar (Guerra, 2002).

Assim o propósito deste projeto foi atuar diretamente contra processos de exclusão, marginalização e vulnerabilidade social, promovendo a inclusão dos participantes, especialmente aqueles que se encontram em situações de fragilidade pessoal e social.

Este projeto procurou acolher e envolver indivíduos que enfrentam contextos de baixa autoestima, histórico de consumos de substâncias psicoativas, estigmatização social e múltiplas ruturas de vínculos familiares e comunitários. Surgiu com a finalidade de proporcionar aos participantes novas oportunidades de expressão e integração, fortalecendo as redes sociais e reconstruindo laços de pertença. Para o efeito, procurou oferecer um espaço de acolhimento e apoio, de modo a fomentar uma nova narrativa para os participantes, afastando-os dos estigmas que frequentemente enfrentam e promovendo processos de resiliência e de resistência pessoal e coletiva.

3.2. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS E AÇÕES

Os objetivos de um projeto podem ser classificados em gerais ou específicos, sendo que os objetivos gerais são criados para responder às necessidades identificadas e para orientar as ações em alinhamento com a finalidade do projeto. Já os objetivos específicos destinam-se a

definir de forma clara o que se pretende alcançar com o desenvolvimento do projeto (Serrano, 2008).

Como o projeto pode passar por ajustamentos ao longo do tempo, estes objetivos podem ser modificados sempre que tal se revele necessário. Neste contexto, os objetivos gerais e específicos delineados para este projeto foram os seguintes:

OG1: Desenvolver a autoestima e a participação social em grupo. Para este objetivo geral foram definidos três objetivos específicos voltados aos sujeitos da ação, assim os participantes devem ser capazes de::

- (OE1.1) Reconhecer as suas potencialidades
- (OE1.2) Compreender os limites e progressos no seu processo de reconstrução pessoal
- (OE1.3). Participar de forma ativa nas decisões que lhes dizem respeito

OG2: Desconstruir estereótipos e preconceitos associados à população em situação de sem-abrigo. Com objetivo geral, pretende-se especificamente que os participantes sejam capazes de:

- (OE2.1) Identificar as ideias preconcebidas que a sociedade tende a associar à população em situação de sem-abrigo
- (OE2.2) Compreender as causas e os impactos do estigma sobre esta população
- (OE2.3) Atuar no sentido de promover uma visão mais informada e inclusiva junto da comunidade

OG3: (Re)significar trajetórias de vida marcadas por ruturas sociais. Para este objetivo geral, os participantes deverão ser capazes de:

- (OE3.1) Identificar os momentos significativos e desafiantes nas suas experiências de vida
- OE3.2) Compreender como essas experiências afetaram o seu desenvolvimento pessoal e social

- (OE3.3) Atuar de forma a (re)significar essas vivências e encontrar novos sentidos e caminhos para o futuro

OG4: Contrariar a exclusão e a segregação social. Neste objetivo geral, os participantes deverão ser capazes de:

- (OE4.1) Identificar as formas de exclusão e segregação a que estão sujeitos
- (OE4.2) Compreender os mecanismos que perpetuam a exclusão e marginalização
- (OE4.3) Atuar de forma a fortalecer a sua inclusão social e a criar laços na comunidade

Este projeto é sustentado por uma arquitetura de objetivos gerais e específicos que equivalem a focos que se unem fundamentalmente em torno da promoção de uma maior inclusão social e resiliência através das artes.

Para cumprir os objetivos definidos, foram planejadas várias ações em conjunto com os participantes do projeto, visando contrariar processos de exclusão, marginalização e vulnerabilidade social, promovendo assim uma inclusão ativa na comunidade. De acordo com Guerra (2010), as ações servem para demonstrar, de forma detalhada, como e quando serão realizadas, quem estará envolvido e quais os recursos necessários. Assim, passo a descrever as ações que foram previstas:

Ação 1 – “Histórias em Cena”

Esta ação centrou-se em atividades de *storytelling* e ensaios teatrais como meios de expressão e desenvolvimento pessoal. Dando prioridade à motivação dos participantes e à inclusão, esta ação procurou desconstruir estereótipos e estigmas vividos pelos participantes, através da criação de um espaço de partilha e reconhecimento das suas histórias de vida. Com recurso a encontros de *storytelling*, foi possível incentivar os participantes a partilharem as suas vivências, o que contribuiu para reforçar o sentimento de pertença e fortalecer os laços dentro do grupo. Paralelamente, essa dinâmica permitiu desenvolver a capacidade de expressão e comunicação dos envolvidos, preparando-os para uma participação ativa no momento central do projeto: o espetáculo teatral. Assim, “Histórias em Cena” tornou-se uma ferramenta de

integração, ao permitir que cada participante se sentisse parte de um todo e valorize a sua voz no grupo.

Ação 2 – “Teatro e Comunidade”

Interligada com a primeira ação, “Teatro e Comunidade” procurou aproximar os participantes do público e da comunidade local. Através de ensaios abertos e apresentações públicas, o objetivo foi reforçar o diálogo entre os participantes e a comunidade, quebrando estereótipos e preconceitos que existiam. Esta ação proporcionou uma oportunidade para que os participantes partilhassem as suas experiências e as transformaram em expressões artísticas, que, posteriormente, foram vertidas no texto da peça de teatro, demonstrando a importância do projeto e da inclusão social que promove. Além disso, “Teatro e Comunidade” facilitou a interação entre gerações, ao envolver diversos grupos etários nas apresentações e nas atividades associadas, destacando o valor da colaboração e do respeito mútuo.

Ação 3 – “Arte para a Inclusão”

Esta ação esteve orientada para a realização de workshops e atividades artísticas que estimularam a criatividade e o desenvolvimento de competências sociais e culturais. A valorização do património cultural e a capacitação dos participantes foram os faróis da “Arte para a Inclusão”, que envolveu sessões de expressão artística onde trataram temas da vida e da comunidade dos participantes. Esta iniciativa teve o mérito de permitir que o projeto se estendesse para além dos seus espaços habituais, levando a arte às comunidades locais e criando oportunidades para que estas também assumissem um papel ativo. Através desta abordagem, os participantes fortaleceram as suas competências de comunicação e expressão, envolvendo-se de forma efetiva nas decisões e nas atividades do projeto e, ao mesmo tempo, contribuindo para o enriquecimento da cultura local

Essas ações interligadas tiveram como objetivo criar um espaço seguro e dinâmico onde cada participante pode reconstruir a sua autoestima e participar ativamente, tanto no processo de preparação quanto na apresentação teatral final, promovendo, assim, a inclusão social e a resiliência coletiva.

3.3. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO E REINSERÇÃO: O TEATRO

Para a concretização dos objetivos propostos suprarreferidos, foi essencial definir um conjunto de estratégias que promovessem a participação ativa de todos os membros do projeto. Como refere Guerra (2010), as estratégias consistem nas “grandes opções que o projeto faz, face às possíveis linhas de orientação. São escolhidas em termos do seu efeito multiplicador e são largamente indutivas”. Neste sentido, as estratégias delineadas para este projeto foram cuidadosamente escolhidas, com o teatro como a principal linha de ação, complementado por outras abordagens para enriquecer a experiência dos participantes. As estratégias estabelecidas são as seguintes:

- a) Conversas informais que incentivaram o diálogo e a construção de confiança entre os participantes;
- b) Reuniões de grupo para promover o planeamento conjunto e a troca de ideias;
- c) Trabalho de grupo para estimular o sentido de cooperação e pertença;
- d) Momentos e espaços de partilha, onde os participantes puderam expressar livremente as suas histórias e experiências
- e) Grupos de discussão para abordar temas relevantes e fomentar a reflexão conjunta;
- f) Ensaios e apresentações teatrais como eixo central do projeto;
- g) Atividades de desenvolvimento da criatividade, utilizando o teatro como ferramenta de expressão;
- h) Uso de redes sociais para divulgar as atividades e aumentar o envolvimento da comunidade;

i) Realização de atividades em espaços públicos, incentivando a visibilidade do projeto, principalmente a apresentação do espetáculo;

j) Comunicação das atividades para ampliar o alcance local;

l) Cartazes e outros materiais de comunicação para informar a comunidade sobre as ações em curso;

Estas estratégias foram pensadas para assegurar uma experiência completa e integradora, mantendo os participantes ativos e envolvidos. No entanto, com o desenvolvimento do projeto, poderiam surgir outras estratégias que complementassem e enriquecessem as ações, ajustando-se às necessidades e oportunidades que fossem surgindo, mas o projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” teve como principal estratégia utilizar o teatro como ferramenta transformadora no combate às questões sociais relacionadas com a exclusão, marginalização e vulnerabilidade. Este projeto não se limitou à vertente de expressão artística, procurou, acima de tudo, criar um espaço de inclusão e resistência para pessoas que, de outro modo, permaneceriam à margem da sociedade.

Através das atividades teatrais, foi criado um ambiente no qual os participantes puderam explorar a sua identidade, partilhar experiências de vida e refletir criticamente sobre questões sociais prementes.

O teatro, entendido simultaneamente como prática artística e social, constitui um meio privilegiado para que pessoas provenientes de contextos vulneráveis — como indivíduos em situação de sem-abrigo, migrantes ou outros grupos marginalizados — possam dar voz às suas vivências e reivindicações. Trata-se de uma forma de expressão que ultrapassa a dimensão estética e assume um carácter socialmente interventivo, promovendo o sentimento de pertença e o empoderamento dos participantes. Ao explorar as diferentes possibilidades do teatro, o projeto permitiu que cada pessoa reinterpretasse o seu percurso e reconstruísse a forma como se relaciona consigo própria e com a sociedade. Nesse sentido, o teatro revelou-se uma ferramenta decisiva para reforçar a resiliência dos participantes, apoiar o processo de

reintegração social e restaurar a autoestima, frequentemente fragilizada pelos processos de exclusão anteriormente vividos.

A história do teatro mostra claramente que se trata de um instrumento de comunicação, de expressão e, simultaneamente, de transformação sociocultural. É neste contexto que se compreende o recurso à arte dramática como estratégia de reintegração social: ao longo dos tempos, e em diferentes culturas, o teatro foi sendo utilizado para refletir sobre problemáticas que afetam profundamente as comunidades. Desde as peças da Grécia Antiga, que influenciaram o pensamento e a arte ocidental, até às formas mais contemporâneas e participativas, o teatro tem desempenhado um papel importante na mediação social e na promoção de mudança.

Mesmo na atualidade, mantém-se como uma ferramenta de transformação e intervenção; as performances comunitárias e as práticas artísticas participativas representam, cada vez mais, uma resposta social relevante e necessária. Os vários tipos de teatro dão relevo à participação dos membros da comunidade, dando-lhes voz, para partilharem as suas histórias e trabalharem em conjunto para resolver problemas. Tal prática baseia-se nos valores do teatro para a mudança social, que se centra no envolvimento e não na pregação.

Esta iniciativa conceptualiza uma nova aplicação da prática (teatro para a inclusão social e reincorporação comunitária) que se baseia nestes precedentes históricos integrando-os em campos contemporâneos, de forma a avaliar como os aspetos podem ser utilizados ou adaptados. O projeto procurou abordar os desafios específicos enfrentados pelos grupos marginalizados e vulneráveis, através da integração do desempenho nas estratégias de inclusão social. Esta metodologia inovadora permite olhar para o teatro não apenas como uma forma de arte, mas como uma prática com um forte poder agregador, capaz de funcionar como uma espécie de “cola social”, reforçando a coesão, a empatia e a transformação pessoal.

A proposta do projeto assentou na construção de uma base histórica consistente, explorando o potencial do teatro enquanto ferramenta para abordar um contexto específico de investigação social. Este propósito materializou-se através da criação de momentos que permitiram aos participantes refletir sobre a sua identidade, expressar emoções e colaborar

em atividades promotoras de coesão social. Pretendeu-se alavancar o poder transformador da prática teatral, contribuindo em questões sociais como a exclusão e a marginalização ou a falta de acesso a recursos no seu caminho para uma reintegração comunitária mais ampla.

A estratégia de inclusão e reintegração do projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” tem o teatro como elemento central. Através da dramatização, os participantes no projeto são convidados a envolver-se num processo criativo e reflexivo, que visa não só o desenvolvimento pessoal, mas também a construção de novas formas de pensar e atuar no mundo social. Assim, o teatro não é escolhido de forma arbitrária, mas antes por ser uma plataforma privilegiada para a transformação social e pessoal, algo amplamente reconhecido por várias correntes de investigação.

3.4. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

O desenvolvimento do projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” na comunidade constituiu um processo extenso, assente num trabalho de base estruturado e consistente. A equipa promotora reconheceu desde o início que a sustentabilidade e o impacto do projeto dependiam crucialmente da adesão e do envolvimento ativo dos membros da comunidade. Isto foi feito através de abordagens participativas no seu planeamento e tomada de decisões, centrando-se no envolvimento das comunidades em cada passo que davam. De acordo com (Taylor, 2008), a participação precisa de fazer sentido, ser considerada, e o pensamento baseado nesta conceção é que proporciona reconhecimento e significado, levando-os, como resultado, a um sentimento de propriedade na comunidade.

Num primeiro momento, o projeto incluiu uma avaliação aprofundada das necessidades, para conhecer os pontos fortes, os desafios e as aspirações da comunidade. Este trabalho foi realizado nas reuniões informais, discussões em grupo e exercícios de mapeamento comunitário, para ouvir histórias de pessoas e as suas sugestões. O resultado destas ações ajudou a equipa do projeto a compreender o funcionamento da comunidade envolvida e também permitiu que os membros dessa comunidade tomassem consciência dos objetivos e dos valores para eles.

A ligação com a direção, equipa técnica, educadoras sociais, participantes e voluntários ajudou a criar uma presença para o projeto. Isto foi feito trabalhando com as redes que já existem e integrando-se como parte delas, em vez de pretender ser algo separado dessas estruturas dentro da sua comunidade.

Num esforço para sensibilizar os participantes e a sua missão, no âmbito do projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” foi realizada uma série de eventos na instituição como workshops, performances e exposições. Estes foram os eventos que serviram de plataforma para divulgar o projeto e atrair um maior número de participantes. A utilização da narração de histórias e de formas de expressão criativa mostrou-se especialmente eficaz na atração do interesse dos membros da comunidade, promovendo a criação de laços entre os participantes a partir de experiências humanas comuns e partilhadas.

Posteriormente, foram também mobilizadas plataformas de redes sociais e a imprensa local, com o objetivo de difundir estas iniciativas e alcançar um público mais amplo, contribuindo para a amplificação do impacto do projeto na comunidade. Através de histórias de crescimento pessoal e comunitário, “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” sublinhou o que as artes podem ser capazes de fazer e invocar o seu poder para a mudança social e a força cívica. Isto tocou muitos na comunidade, que começaram a sentir que este projeto poderia ser utilizado como uma importante ferramenta de justiça social e inclusão.

Foi necessária muita confiança para que todos integrassem este projeto em conjunto. Para este efeito, os participantes concentraram-se na transparência e na comunicação aberta com os membros da comunidade em “curva da estrada”. O compromisso de estarmos juntos e de responsabilizamo-nos mutuamente durante este período, significava que todos podiam (em segurança) confiar no grupo que se transformou numa família.

O projeto revelou ainda a importância da competência cultural e da humildade. Na sua essência, ao reconhecer a diversidade nas vidas e origens de outros membros da comunidade, “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” criou um ambiente onde a

identidade de todos é celebrada. É óbvio que a competência cultural proporciona uma base para um bom envolvimento comunitário e práticas de capacitação (Montero & Sonn, 2009).

Este processo implicou um esforço contínuo, no qual o projeto recolhia regularmente o feedback dos participantes e de outras partes interessadas, de modo a ajustar atividades e estratégias conforme as necessidades emergentes. Este ciclo permanente de reflexão e ajustamento permitiu assegurar a pertinência das ações e fomentar uma participação comunitária mais ativa, contribuindo, em última instância, para a obtenção de resultados mais significativos.

Ao longo do desenvolvimento do projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência”, o projeto reafirmou, em cada decisão estratégica, a importância de estabelecer parcerias fundamentadas nos direitos de participação comunitária, promovendo a confiança como ferramenta de combate à exclusão social e de incentivo à inclusão. Proporcionou-se assim aos residentes a oportunidade de se expressarem livremente e de desenvolverem relações significativas, utilizando este envolvimento com outros membros da comunidade, bem como com entidades externas, como um meio de resistirem à marginalização. A experiência demonstrou claramente que o teatro e as artes constituem estratégias eficazes para capacitar os participantes, permitindo-lhes assumir papéis ativos, inspiradores e resilientes dentro das suas comunidades

O desenvolvimento deste projeto foi, sem dúvida, o resultado de muita determinação e resistência. Desde o início, fui aconselhado a ponderar a continuidade do projeto nesta instituição, devido à complexidade da sua organização, que poderia dificultar a implementação das ações previstas. Contudo, talvez impulsionado por uma vontade genuína de ultrapassar desafios e por uma certa dose de “loucura”, decidi avançar. Essa decisão ganhou ainda mais sentido quando comecei a contactar diretamente com os participantes; foi nesse momento que percebi que não podia simplesmente afastar-me daquelas pessoas. Desde logo, foquei-me muito mais nas necessidades e potencial dos futuros participantes do que nos desafios internos da instituição. Percebi que este projeto fazia sentido por causa das pessoas envolvidas e, de facto, a sua evolução provou que valeu a pena acreditar e perseverar.

A escolha do título do projeto, "Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência", não surgiu por acaso. O título reflete as características de todo o processo, que foi colaborativo e participativo, tendo os participantes desempenhado o papel principal. A expressão "preciso encontrar o Norte na minha vida" era repetida por vários participantes nas muitíssimas conversas informais intencionais que mantivemos, o que reforçou a ideia de que o projeto deveria servir como um farol, orientação, rumo à inclusão, tornando as pessoas mais resistentes às adversidades da vida. O termo "nortada", amplamente utilizado na região, foi adicionado, não só para fazer uma referência geográfica, mas também para transmitir a ideia de movimento e mudança. O título escolhido em conjunto deu um sentido de pertença e envolvimento a todos os que participaram neste processo, onde se inclui a direção da instituição, o corpo técnico, os residentes, que assumiram a qualidade de participantes, bem como os voluntários.

Um dos aspetos distintivos deste projeto é o facto de alguns participantes terem demonstrado interesse em explorar formas teatrais específicas, como o drama grego antigo ou peças contemporâneas originais. Esta opção revelou-se particularmente interessante, pois, apesar da diversidade de gostos e percursos pessoais, os participantes acabaram por se unir em torno de uma prática que, para muitos era completamente desconhecida. O elemento de novidade permitiu-lhes descobrir outras formas de interação, comunicação e expressão, através de um meio que, embora inicialmente estranho, acabou por se transformar num espaço de conforto e segurança. Esta adaptação do teatro como lugar de acolhimento e autoexpressão torna-se especialmente significativa num contexto marcado pela exclusão social, em que vários participantes vivem, diariamente, uma sensação de alienação.

Para além disso, o teatro possui a capacidade singular de criar um espaço partilhado, em que os participantes se podem encontrar e relacionar de forma genuína. Este aspeto é particularmente relevante para pessoas que experienciaram processos de exclusão ou marginalização social, na medida em que possibilita a reconstrução de relações e de redes de apoio que, nalguns casos, se encontravam fragilizadas ou perdidas. A criação de uma peça teatral envolve várias etapas – desde a conceção do enredo até à apresentação final – sendo cada uma delas uma oportunidade de interação e de construção de laços entre os participantes. Tal como defende (Jarvis, 2008), a representação dramática pode facilitar a

expressão e o processamento de experiências traumáticas, promovendo a libertação emocional e diminuindo o impacto psicológico dos acontecimentos vividos, esta possibilidade de exteriorizar as suas emoções e histórias através da dramatização oferece-lhes uma forma de lidar com o trauma de uma maneira saudável e construtiva. Assim, o projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência” não se limitou a ser uma plataforma de expressão criativa, mas também se configurou como um espaço terapêutico, onde os participantes puderam encontrar formas de dar novo significado às suas vivências e encontrar um novo sentido para as suas vidas.

Tendo o teatro como eixo central do projeto, um momento importante foi a escolha dos textos teatrais, altura em que o envolvimento ativo de todos os participantes se revelou decisivo. A seleção das três obras principais — "O Filho Pródigo", "O Auto da Barca do Inferno" e "Frei Luís de Sousa" — foi ao encontro dos valores e experiências de vida dos participantes. A escolha final de "O Filho Pródigo", com as suas alusões ao regresso e à redenção, espelhou as jornadas pessoais de muitos dos participantes, tornando o teatro uma poderosa ferramenta de reconciliação com as suas histórias de vida., muitos dos participantes verbalizaram “eu escolho este texto porque me revejo nesse filho” Esta ligação emocional facilitou a adaptação do texto para incluir temas contemporâneos como o vício e a marginalização, reforçando o papel do teatro como instrumento de inclusão e resistência (Jarvis, 2008), para essas adaptações e inclusões de temas foi importante as narrativas de histórias de vida dos participantes.

Em paralelo, o grupo optou por criar um texto original, intitulado Grito de Alma. Esta escolha revelou-se particularmente significativa, já que permitiu dar voz a pessoas com deficiência que, muitas vezes, são confrontadas com situações de discriminação e marginalização. O texto constituiu, por isso, uma forma de os próprios atores denunciarem as injustiças que vivenciam, conferindo maior autenticidade e sentido à criação final.

Também as empresas locais decidiram associar-se ao processo, prestando apoio logístico e estabelecendo uma ligação entre a instituição e a sociedade. Este envolvimento comunitário, sugerido pelos próprios participantes, procurou garantir o sucesso do projeto e assegurar que

o espetáculo se tornasse a face mais visível do trabalho desenvolvido, contribuindo para romper estigmas e preconceitos existentes no exterior.

Durante o desenvolvimento do projeto fizera-se muitas reuniões de grupo para promover o planeamento conjunto e a troca de ideias, trabalho de grupo para estimular o sentido de cooperação e pertença, fomentar espaços e momentos de partilha, onde os participantes puderam expressar livremente as suas histórias e experiências.

No âmbito do projeto, organizaram-se grupos de discussão com o intuito de abordar temas considerados relevantes e estimular a reflexão conjunta. Para esse efeito, foram utilizadas atividades de *storytelling*, recorrendo a narrativas reais ou construídas enquanto ferramenta de aprendizagem, comunicação e partilha de experiências. As histórias trabalhadas nos grupos foram posteriormente adaptadas e incorporadas na peça de teatro principal, permitindo transmitir valores, promover a identificação dos participantes com as situações representadas e criar um espaço de empatia e coesão. A partilha de experiências pessoais e o recurso à narrativa como forma de explorar temáticas como a diversidade, a resiliência ou a inclusão possibilitaram a construção coletiva de uma história com forte potencial reflexivo, que ganhou expressão na encenação teatral. Os ensaios, que se realizaram ao longo do processo, constituíram momentos privilegiados de troca, cooperação e libertação emocional, utilizando o teatro como recurso expressivo e promotores de ligação entre os participantes.

Nestas atividades de *storytelling*, destaco a história real contada na primeira pessoa por L.C.S., que nos falou dos seus problemas com os consumos de substâncias lícitas e ilícitas, “o álcool e a droga levaram-me ao fundo do poço, do qual sozinho seria impossível sair...”. Como esta problemática foi partilhada por vários participantes, o grupo decidiu que deveria ser inserida no texto da peça de teatro a trabalhar. O participante J.M.G, partilhou com o grupo como chegou à situação de sem abrigo, “ os consumos da droga, vício do jogo e prostituição, fez me perder tudo, tudo de bens matérias, mas mais importante perder toda a minha família”, como estas problemáticas foram partilhadas por outros participantes o grupo decidiu debate-las e inseri-las na peça de teatro, desta forma todo o processo de escrita de trechos do texto,

ensaios e a própria apresentação foram momentos de intensa reflexão e momentos de aprendizagem, debate e partilha.

Durante o desenvolvimento do projeto fez-se uso de redes sociais para divulgar as atividades e aumentar o envolvimento da comunidade, realizaram-se atividades em espaços públicos, incentivando a visibilidade do projeto, principalmente a apresentação do espetáculo, bem como a comunicação das atividades para ampliar o alcance local.

Todos os participantes participaram e deram ideias para os cartazes e outros materiais de comunicação para informar a comunidade sobre as ações em curso, bem como na elaboração dos convites e cartazes. O processo de envolvimento e reintegração através do teatro revelou-se complexo e multifacetado, tendo como finalidade promover o desenvolvimento pessoal, social e comunitário dos participantes. A análise do caminho percorrido permitiu compreender o impacto efetivo que o teatro pode exercer na vida das pessoas e nas comunidades a que pertencem.

Através desta prática, os participantes tiveram acesso a oportunidades significativas de crescimento pessoal. Tal como refere (Smith, 2008), metodologias centradas na ação, como os exercícios de improvisação e as dramatizações, possibilitam que os participantes se envolvam em diálogos positivos e construtivos sobre quem são e sobre a forma como interpretam as suas experiências. Este processo contribuiu para o desenvolvimento de competências adaptativas, como a autoconsciência, a satisfação pessoal e a confiança mútua, aspetos essenciais para promover mudanças tanto no plano individual como no plano social.

Desta forma, o teatro incentivou o desenvolvimento social ao criar um ambiente seguro, onde a interação e a colaboração estiveram presentes (Smith, 2008). Ao desenvolverem as atividades de grupo e o trabalho colaborativo, aprenderam a trabalhar com os outros, a praticar a escuta ativa e a assimilar as ideias dos outros, reconhecendo a sua importância para criar um ambiente de aprendizagem positivo. Além disso, este tipo de sociabilidade favoreceu o desenvolvimento de relações saudáveis e construtivas, dentro e fora do espaço teatral, contribuindo para o reforço dos laços sociais e para o surgimento de um sentimento de pertença e de “lar”.

O teatro teve um impacto concreto no desenvolvimento emocional dos participantes. Ao envolverem-se em atividades criativas que lhes permitiam expressar o que sentem e dar voz a experiências difíceis, muitos encontraram uma forma de lidar com traumas antigos (Jang, Han, Bang & Ahn, 2022). A improvisação e a partilha em grupo ajudaram-nos a reconhecer as próprias emoções e a interpretá-las de forma mais consciente. Paralelamente, este processo dotou-os de ferramentas importantes para enfrentar as dificuldades do quotidiano, fortalecendo a sua capacidade de adaptação. A oportunidade de partilhar histórias e ser escutado pelos pares revelou-se essencial para promover o bem-estar mental e um verdadeiro sentimento de apoio emocional.

No domínio cognitivo, os programas motivacionais estimularam o desenvolvimento mental dos participantes, nomeadamente através do reforço da capacidade de tomar decisões complexas e de pensar de forma crítica (UNESCO, 2022). A dramatização, por exemplo, levou-os a colocar-se no lugar das personagens, explorando aquilo que as movia e a forma como se relacionavam com os outros e com o mundo que as rodeava. Além disso, ter de recordar falas e improvisar ajudou-os no trabalho de memória e no raciocínio rápido, melhorando assim as suas capacidades cognitivas.

Os jogos teatrais ajudaram a melhorar os participantes nas formas de expressão verbal e não-verbal, na escuta ativa e nas competências de apresentação (Wilson & Davis, 2016). Ao praticarem exercícios sudo-vocais e exercícios de expressão corporal, conseguiram saber como expressar ideias de forma adequada perante um grupo com autoconfiança. E mais importante, o teatro foi um meio de criar consciência e controlo sobre as suas emoções, para que fossem capazes de comunicar de forma assertiva (comunicar eficazmente a necessidade) de respeitar e responder adequadamente com os seus próprios sentimentos.

O teatro também estimulou a criatividade entre os participantes, na medida em que lhes permitiu experimentar novas ideias e pontos de vista (UNESCO, 2016). Ajudou ao permitir que os participantes participassem em atividades de criação de personagens, guiões e cenários, onde obtiveram uma perceção mais clara de como funciona; novas formas de expressar. O teatro foi também excelente para se desafiar, ser corajoso e arriscado em situações em que

existirão sempre elementos desconhecidos com os quais podemos viver sem saber das coisas, mas que ainda assim devemos continuar a criar os nossos estilos de vida.

O teatro despertou um nível de empatia entre os participantes que superou todas as expectativas. Interpretar personagens com diferentes histórias e origens ajudou-os a tornarem-se mais empáticos e a compreender a diversidade humana, o que ajudou a reduzir o preconceito social e o estigma, incentivando o respeito e a inclusão social.

Como já foi referido anteriormente, o teatro pode provocar mudanças individuais e também levar a transformações sociais e comunitárias em grande escala (Putnam, 2000). Recorrendo a peças de teatro com temática social e a atividades de extensão comunitária, os participantes encontraram formas de combater preocupações sociais relevantes, de forma a provocar mudanças sociais positivas nesta comunidade e abordar temas como a violência doméstica, casos de racismo e sexismo ou ter impacto nomeadamente na exclusão daqueles sujeitos a estereótipos que visam uma melhoria através da sensibilização e do esforço conjunto.

A transição de uma realidade muitas vezes opressiva para um mundo onde os participantes podem experimentar diferentes papéis e viver histórias faz do teatro um espaço terapêutico único. No projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência”, o teatro foi pensado como um caminho para a introspeção, permitindo aos participantes reavaliar a sua identidade e as suas experiências a partir de uma nova perspetiva. (Bronfenbrenner, 1979) refere-se ao teatro como um “ensaio para a vida”, expressão que capta de forma clara o seu potencial transformador. Ao representar diferentes personagens, os participantes puderam experimentar situações que os ajudaram a refletir sobre questões pessoais e sociais num espaço seguro, livre dos julgamentos que habitualmente enfrentam. Esta possibilidade de experimentar e representar papéis distintos é, por isso, um elemento essencial para o processo de reintegração social, permitindo o desenvolvimento do autoconhecimento e da estabilidade emocional.

Um dos aspetos mais relevantes desta iniciativa foi a forma como o teatro foi utilizado não apenas como veículo de expressão pessoal, mas como instrumento de intervenção social. O palco converteu-se num espaço de questionamento, no qual se desafiaram normas

estabelecidas e se expuseram estereótipos sociais. Ao representar estas temáticas, os participantes não só refletiram sobre as suas experiências, como desenvolveram um pensamento crítico em relação à sociedade em que vivem. Este exercício de reflexão foi determinante para despertar uma consciência social e política capaz de estimular a mobilização e a mudança. Neste sentido, o projeto convergiu com os princípios da investigação-ação defendidos por (Johnson e Anderson, 2019), ao criar um espaço de diálogo e de desconstrução de preconceitos, no qual o teatro serviu para dar visibilidade a narrativas muitas vezes silenciadas.

O teatro, enquanto forma artística, tem sido amplamente reconhecido pelo seu impacto positivo no bem-estar emocional e mental. Estudos recentes, como o de (Rubtsova e Sidorov, 2017), destacam os benefícios das práticas criativas na redução de sintomas de ansiedade e depressão. No caso específico do projeto, participar no espetáculo teatral permitiu aos participantes restabelecer uma ligação com o mundo que os rodeia, reforçar redes sociais e recuperar a autoestima. Para aqueles que vivem com diagnósticos de saúde mental, como áreas associadas à esquizofrenia, a arte dramática mostrou-se uma via eficaz de integração e de reconstrução de uma identidade social positiva (Rogers, 1961). Os efeitos foram igualmente significativos para participantes sujeitos a exclusão prolongada, já que o teatro funcionou como meio de reconstrução social e promoção do bem-estar.

Criar uma peça de teatro envolve várias fases, desde a escrita do guião até à interpretação final. Cada momento representou uma oportunidade de desenvolvimento de capacidades sociais e emocionais relevantes para o processo de reintegração. A fase da escrita constituiu um espaço de expressão estruturada, estimulando a literacia emocional e a comunicação. Os ensaios, por sua vez, foram espaços de trabalho coletivo, nos quais se desenvolveram a cooperação, a confiança e a capacidade de resolver conflitos. A apresentação final perante o público teve um impacto profundo, proporcionando aos participantes um momento de visibilidade, reconhecimento e valorização que contribuiu para reforçar a autoestima e o sentimento de pertença.

Para além dos benefícios individuais, o teatro desempenhou um papel fundamental na sensibilização do público para questões sociais relevantes. As peças desenvolvidas no âmbito do projeto abordaram temas ligados à vida dos participantes e tiveram um efeito mobilizador no público, ao incentivar a reflexão sobre preconceitos e desigualdades ainda presentes na sociedade. Esta ligação entre palco e público é um dos aspetos mais importantes do teatro, permitindo que a arte participe ativamente na promoção da mudança social. Ao questionar normas e estereótipos, o teatro promove empatia e compreensão, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

A criação de um ambiente inclusivo e de apoio foi um elemento central do projeto “Além do Palco: Um/a Norte/ada de Inclusão e Resistência”. Ao acolher participantes com percursos de vida diferentes, o projeto promoveu a diversidade e o respeito mútuo, valores fundamentais para uma comunidade solidária. Este ambiente inclusivo permitiu que os participantes se sentissem à vontade para se expressarem com autenticidade, ajudando a criar uma cultura de valorização das diferenças, condição indispensável para a inclusão social.

Em síntese, o projeto demonstrou o potencial transformador do teatro, não apenas como forma de expressão criativa, mas como ferramenta de intervenção social e de promoção da inclusão. Ao oferecer um espaço seguro e acolhedor, no qual os participantes puderam explorar a sua identidade e criar novas ligações com os outros, o projeto mostrou como o teatro pode transformar vidas e contribuir para uma sociedade mais justa. Os seus efeitos ultrapassam o âmbito dos participantes diretamente envolvidos, uma vez que as peças apresentadas têm o poder de sensibilizar o público, promovendo reflexão e mudança. Assim, o teatro revela-se uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos têm a oportunidade de participar ativamente e de expressar o seu pleno potencial.

A realização do espetáculo no dia 11 de maio, num auditório cedido gratuitamente por uma Fundação local, foi um momento alto mais visível do projeto, culminando com uma ovação de pé de um público de 250 pessoas, composto principalmente por familiares e membros da comunidade (Gray, 2010), os familiares presentes estavam muito satisfeitos, pois este projeto

permitiu lhes uma aproximação com os participantes, muitos dos quais já não tinha contacto há muito tempo (Apêndice B – Cartaz e Apêndice C-Convite).

O sucesso do espetáculo final foi atribuído não apenas à qualidade artística, mas também ao envolvimento dos participantes em todos momentos do processo. A dedicação de todos ao longo do processo foi evidente, desde a distribuição dos papéis até à performance final. O ensaio geral, realizado dois dias antes do espetáculo, a 9 de maio, permitiu uma afinação final num ambiente marcado pelo nervosismo e entusiasmo, mas onde se podia claramente observar a afirmação e o empoderamento dos participantes (Apêndice D – Início do espetáculo e Apêndice E – Cenas do espetáculo).

Na reunião de avaliação, realizada a 14 de maio, a satisfação dos participantes era visível. Todos sentiam orgulho por terem integrado o projeto, e a vontade de continuar envolvidos em futuras iniciativas revela o impacto transformador deste processo, tanto a nível individual como coletivo (UNESCO, 2022).

O envolvimento dos participantes foi crucial, permitindo não apenas a expressão artística, mas também a criação de um espaço de pertença e solidariedade. A escolha do teatro como estratégia central evidenciou a importância da expressão artística como instrumento de inclusão e resistência. A colaboração das empresas locais e o engajamento da comunidade constituíram igualmente pilares essenciais para o sucesso do projeto, fortalecendo os laços entre a instituição e a sociedade em geral. Além disso, os ensaios intensivos e o planeamento cuidadoso contribuíram para o impacto positivo do espetáculo final, que, acima de tudo, representou um triunfo coletivo (Fiske, 2014), prova disso foi a ovação calorosa do público no final do espetáculo (Apêndice F – Agradecimento ao público no final do espetáculo).

Durante o desenvolvimento deste projeto a instituição estava a preparar outro espaço para que possam alguns residentes passar a pernoitar nesse sítio, bem como possam ter condições para confeccionar as refeições e prestar os serviços de lavandaria, esse local tem muito melhor aspeto e condições de habitabilidade. Ressalvar que do espetáculo apresentado pelos participantes foram recolhidos significativos donativos que ajudaram na preparação deste local.

Este projeto, ao dar voz e protagonismo a pessoas em situação de vulnerabilidade, também teve como objetivo sensibilizar a comunidade para questões sociais que afetam estes grupos. Através do teatro, as histórias de exclusão e marginalização ganharam vida em palco, desafiando o público a refletir sobre os seus preconceitos e atitudes. Ao verem essas experiências representadas de forma autêntica, os espetadores foram levados a questionar normas e valores que muitas vezes alimentam a exclusão social. Este processo foi fundamental para promover uma sociedade mais justa e inclusiva, ajudando a quebrar estereótipos e combater ideias feitas sobre quem vive à margem.

Ao envolver as pessoas em práticas performativas, o projeto “Para além do palco” criou um território seguro e de recuperação, permitindo-lhes sair da marginalização. O teatro, ao estimular a expressão e partilha de histórias, ofereceu aos participantes a oportunidade de se reconciliarem consigo próprios e com os outros. A arte teatral tornou-se um meio de cura emocional e psicológica, ajudando-os a recuperar autoestima e reconstruir a identidade social, muitas vezes destruída pela exclusão. O palco passou a ser um espaço de encontro e partilha, onde cada pessoa pôde contar a sua história e descobrir novas formas de ser ouvida e aceite.

Neste contexto, o teatro não é apenas expressão criativa, mas também inclusão social. Participar em atividades teatrais permite estabelecer laços com outros participantes e membros da comunidade, essenciais para a construção de redes de apoio e reinserção social. Pessoas à margem, como as pessoas em situação de sem-abrigo ou migrantes, frequentemente enfrentam solidão e isolamento. Projetos como “Para além do palco” ajudam-nos a criar relações e encontrar suporte, quebrando ciclos de exclusão.

Um aspeto importante é o poder do projeto para desafiar estereótipos e preconceitos que levam à exclusão. O teatro, ao colocar os participantes no centro, permitiu-lhes partilhar histórias e questionar narrativas que os marginalizam. Através da representação, mostraram que são mais do que os rótulos que lhes foram impostos. Esta mudança na perceção de si próprios e dos outros é essencial para a inclusão e reintegração, ajudando-os a recuperar

dignidade e autonomia. Ao partilhar experiências, também transformam a forma como a sociedade vê e trata os grupos marginalizados.

Por fim, a participação em novos projetos é encarada como oportunidade de manter viva a inclusão e resistência pelo teatro (European Centre for the Development of Vocational Training, 2021). Com uma abordagem colaborativa e participativa, o projeto demonstrou o poder do teatro como ferramenta de transformação social, celebrando vozes frequentemente silenciadas (Brown & Martinez, 2013).

4. AVALIAÇÃO DO PROJETO

Num primeiro momento, organizaram-se várias reuniões de avaliação para recolher o *feedback* direto dos participantes. Foram criados momentos de partilha em que os convidados puderam expor as suas experiências e opiniões sobre o projeto. Estas reuniões favoreceram uma análise construtiva, destacando o que funcionava bem e as áreas passíveis de melhoria. A troca de ideias foi também essencial para desenvolver competências colaborativas e refletir sobre o impacto do projeto nas vidas dos participantes.

Foram ainda realizadas conversas informais e individuais com diversos participantes, visando recolher testemunhos mais pessoais e aprofundados. Estas interações mostraram-se muito valiosas, oferecendo uma visão detalhada das perceções sobre o projeto. Surgiram reflexões relevantes, sobretudo acerca das dificuldades enfrentadas e dos desafios para se manterem envolvidos (Learning and Work Institute, 2022). Muitos participantes expressaram gratidão pela oportunidade oferecida, destacando o apoio na construção de novos caminhos e o sentido de pertença, tanto à comunidade como às suas famílias. O projeto foi também reconhecido pela capacidade de unir diferentes entidades, incluindo empresas, que proporcionaram oportunidades significativas aos participantes.

A análise de dados quantitativos teve igualmente um papel relevante na avaliação. Foram recolhidas informações sobre número de participantes, nível de envolvimento nas atividades e mudanças observadas no comportamento e atitudes ao longo do tempo. Esta análise

permitiu avaliar objetivamente o impacto do projeto em termos de alcance e eficácia, confirmando a relevância das intervenções desenvolvidas (Learning and Work Institute, 2022). Um dado surpreendente foi o envolvimento de 25 participantes, um número inicialmente considerado difícil de alcançar. Os resultados demonstraram que valeu a pena acreditar na capacidade de mobilização.

Além disso, realizaram-se várias reuniões com a equipa técnica e com a direção da instituição, com o objetivo de avaliar o desempenho do projeto face aos seus objetivos iniciais. Nestas reuniões, foram destacados os pontos fortes do projeto, mas também os desafios encontrados e as lições retiradas ao longo do processo (Thomas, 2015). A equipa técnica e a direção, embora surpreendidas pelo elevado número de participantes, mostraram-se orgulhosas com os resultados e concordaram que, tal como solicitado pelos participantes, o projeto deverá continuar e será uma obra sempre em evolução. Pessoalmente, disponibilizei-me para colaborar de forma voluntária no desenvolvimento de futuros projetos, continuando a contribuir para o sucesso desta instituição.

Foi marcada uma nova apresentação do espetáculo para outubro, atendendo ao desafio proposto pelos participantes. A equipa técnica decidiu que a receita do espetáculo, resultante de apoios de empresas e donativos do público, seria um auxílio relevante para a instituição, que enfrenta dificuldades financeiras. Lamenta-se, contudo, a ausência de apoio da Câmara Municipal, sentida em várias fases do projeto.

Os resultados da avaliação possibilitaram recomendações importantes para futuras iniciativas, visando aprimorar o trabalho desenvolvido e aumentar o impacto na promoção da inclusão e reintegração social. Entre estas recomendações, encontram-se as sugestões para a realização de ajustes nas atividades do projeto, nas estratégias de envolvimento da comunidade e a necessidade de estabelecer parcerias mais sólidas com outras organizações locais (Brown & Martinez, 2013). A colaboração das instituições locais será crucial para o sucesso de futuros projetos, sendo essencial o envolvimento de escolas e outras entidades oficiais.

Avaliar o projeto constituiu uma oportunidade para refletir e aprender com a experiência, permitindo compreender melhor o impacto real do trabalho e apontar caminhos para práticas

sociais e comunitárias mais eficazes (European Centre for the Development of Vocational Training, 2021). Ficou também evidente a importância de criar um espaço onde os participantes se sintam livres para partilhar sentimentos, aspirações e vivências.

Foram ainda identificadas áreas em que o projeto se destacou, incluindo o aumento significativo do envolvimento dos participantes ao longo do tempo. No início, muitos demonstravam hesitação em integrar-se nas atividades, revelando receio ou falta de confiança. No entanto, à medida que o projeto avançava, os receios foram dando lugar a uma atitude mais participativa, caracterizada pelo entusiasmo e presença ativa, tanto nas reuniões como nos ensaios. (Hodkinson & Sparkes, 1997). A presença de 25 participantes superou todas as expectativas, criando um ambiente acolhedor, de grande vivacidade, onde todos puderam "voar nas asas de um sonho".

Outro ponto positivo a salientar foi a criação de um espaço seguro e acolhedor, onde os participantes se sentiram à vontade para expressar as suas opiniões, sentimentos e experiências. Muitos realçaram a importância deste ambiente no seu processo de reintegração social e pessoal (Merriam et al., 2007). Um momento particularmente significativo foi o testemunho de um participante com doença oncológica, cujo maior desejo era participar no espetáculo antes de falecer. Esta situação demonstra claramente o valor do projeto e a sua relevância para os participantes.

Além disso, a iniciativa promoveu a colaboração e o trabalho em equipa, contribuindo para fortalecer o sentido de comunidade e pertença. Vários participantes referiram ter criado novas amizades e redes de apoio, o que teve um impacto positivo no seu bem-estar (Nutbeam, 1998). Foi profundamente gratificante testemunhar o carinho e respeito mútuo, bem como ouvir o apelo para que o projeto continue no futuro.

A necessidade de melhorar a comunicação entre a equipa técnica, os participantes e os restantes intervenientes no projeto foi igualmente identificada como uma área a aperfeiçoar no futuro, para garantir uma compreensão partilhada dos objetivos do projeto (Rogers, 1961).

Os resultados obtidos permitiram elaborar um conjunto de recomendações para reforçar futuras intervenções. Entre estas destaca-se a necessidade de investir na formação contínua dos técnicos, alargar as parcerias locais e criar espaços de interação mais abertos e transparentes entre os participantes (Fiske, 2014). A avaliação final proporcionou perspetivas para orientar futuras ações da instituição, refletindo sobre os sucessos e desafios para definir estratégias mais eficazes. Para além disso, a equipa técnica manifestou a intenção de continuar a desenvolver novas iniciativas, motivada pelo impacto positivo do projeto e pelo crescente envolvimento da comunidade (Wilkinson & Brook, 2021).

CONCLUSÃO

“Além do Palco: Um/a Norte/ada da Inclusão e da Resistência” é um projeto cujo principal objetivo foi combater construções sociais negativas, oferecendo um espaço para que os indivíduos partilhassem as suas histórias e experiências de vida. O teatro incentivou os participantes a expressarem as suas individualidades, desafiando estereótipos e promovendo representações mais positivas e inclusivas.

Um dos fatores mais marcantes para o sucesso do projeto foi a adoção de um modelo participativo nas decisões. O envolvimento ativo de todos os participantes, desde a fase inicial até à implementação, gerou um profundo sentido de pertença e responsabilidade coletiva. Mais do que executores, assumiram papéis de criadores, contribuindo com perspectivas, vivências e necessidades. Essa abordagem permitiu que o projeto fosse moldado pelas realidades dos participantes, aumentando a eficácia e pertinência das ações desenvolvidas.

A dinâmica participativa trouxe resultados notáveis a nível humano e social. Houve um fortalecimento das relações interpessoais e a criação de um capital social mais sólido. Os participantes sentiram-se mais próximos e o grupo tornou-se mais coeso. Essa coesão facilita enfrentar os desafios da comunidade, tornando mais simples desenvolver soluções eficazes e inovadoras. O capital social é, assim, fundamental, promovendo colaboração e solidariedade entre os membros da comunidade.

Em conclusão, este projeto reforça a importância do desenvolvimento comunitário e da educação de adultos como aspetos significativos a ter em conta para se conseguir o progresso socioeconómico. Ficou bem evidente que as estratégias participativas são fundamentais para se alcançarem resultados positivos neste âmbito, pois o envolvimento dos participantes foi essencial para o sucesso deste projeto. De destacar a capacitação e o sentido de responsabilidade coletiva como resultados diretos desta abordagem, com impacto profundo e duradouro nas comunidades envolvidas.

Em última análise, o desenvolvimento deste projeto permite concluir que a educação de adultos, quando integrada numa abordagem participativa de desenvolvimento comunitário, pode ter um efeito transformador significativo nas comunidades. As metodologias adotadas ao longo do projeto não só estimularam a participação ativa dos envolvidos, como também contribuíram para fortalecer o tecido social, criando relações de apoio e confiança entre os membros da comunidade. Estes processos ajudaram ainda a estabelecer condições mais favoráveis para que a comunidade se torne mais autónoma, resiliente e capaz de enfrentar desafios coletivos de forma colaborativa. Assim, reforça-se a ideia de que a educação não é apenas uma ferramenta de formação, mas um instrumento poderoso de transformação social, capaz de promover inclusão, equidade e desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

- Boutinet, J. P. (1990). *Elementos para uma metodologia da conduta de projeto*. In *Antropologia do projeto* (pp. 155–295). Instituto Piaget.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- Brown, L. K., & Martinez, E. S. (2013). Empowering adult learners through community-based education. *Journal of Adult Education*, 42(3), 120–135.
- Cahill, C. (2007). Repositioning ethical commitments: Participatory action research as a relational praxis of social change. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 6(3), 360-373. <https://scholarworks.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/3489>
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: Une chronique du salariat*. Fayard. <https://pombo.free.fr/castel1995.pdf>
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Vozes.
- da Costa, A. B. (1998). *Exclusões sociais* (Cadernos Democráticos nº 2). Gradiva / Fundação Mário Soares. <https://pt.scribd.com/document/632941910/Alfredo-Costa-Exclusoes-sociais>
- Duarte, M. B. A. (2016). *Fatores de pressão e comprometimento organizacional: Um estudo com docentes de uma IES privada* [Dissertação de mestrado, Universidade FUMEC]. Repositório FUMEC. <https://repositorio.fumec.br/xmlui/handle/123456789/694>
- European Centre for the Development of Vocational Training. (2021). *Cedefop's work on VET learning outcomes: A model of excellence in evidence-based policy-making in vocational education and training*. Publications Office of the European Union.

Fiske, S. T. (2014). *Social beings: Core motives in social psychology*. John Wiley & Sons.

Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Gray, A. (2010). Participation in community cultural events: Strengthening family and social ties. *Community Development Journal*, 45(4), 450–466. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsq024>

Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360–1380. <https://doi.org/10.1086/225469>

Guerra, I. (2002). Investigação-ação: Para pensar o mundo que temos de nos distanciar ou de mergulhar nele? In I. Guerra (Coord.), *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação – O planeamento em ciências sociais* (pp. 163–180). Principia.

Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação – O planeamento em ciências sociais* (3ª ed.). Principia.

Hall, B. L. (1992). From margins to center? The development and purpose of participatory research. *The American Sociologist*, 23(4), 15–28. <https://doi.org/10.1007/BF02691928>

Hick, R. (2014). Poverty as capability deprivation: Conceptualising and measuring poverty in contemporary Europe. *European Journal of Sociology*, 55(3), 295–323. <https://doi.org/10.1017/S0003975614000150>

Hodkinson, P., & Sparkes, A. C. (1997). Careership: A sociological theory of career decision making. *British Journal of Sociology of Education*, 18(1), 29–44. <https://doi.org/10.1080/0142569970180102>

Israel, B. A., Schulz, A. J., Parker, E. A., & Becker, A. B. (1998). Review of community based research: Assessing partnership approaches to improve public health. *Annual Review of Public Health*, 19, 173–202. <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.19.1.173>

- Jang, S. J., Han, J.-S., Bang, M. H., & Ahn, J.-W. (2022). Effectiveness of drama-based intervention in improving mental health and well-being: A systematic review and meta-analysis during the COVID-19 pandemic and post-pandemic period. *Children, 9*(3), 389. <https://doi.org/10.3390/children9030389>
- Jarvis, P. (2008). *Democracy, lifelong learning and the learning society: Active citizenship in a late modern age* (Vol. 3). Routledge.
- Johnson, P. D., & Anderson, M. R. (2019). Participatory decision-making in community development: A case study analysis. *Community Development Journal, 54*(2), 187–204. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsx03>
- Kemmis, S., & McTaggart, R. (2005). Participatory action research: Communicative action and the public sphere. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Sage handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 559–603). Sage.
- Kemmis, S., McTaggart, R., & Nixon, R. (2014). *The action research planner: Doing critical participatory action research*. Springer.
- Latorre, A. (2003). *La investigación-acción*. Editorial Graó.
- Learning and Work Institute. (2022). *Adult Community Learning Impact Report*. Learning and Work Institute Wales. <https://www.learningandwork.wales/resources/research-and-reports/adult-community-learning-impact-report/>
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão... com os pés assentes na terra: Desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária* [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53042>

- Marlatt, G. A., & Donovan, D. M. (2005). *Relapse prevention: Maintenance strategies in the treatment of addictive behaviors*. Guilford Press.
- McCormack, B. (2003). A conceptual framework for person centred practice with older people. *International Journal of Nursing Practice*, 9(3), 202–209. <https://doi.org/10.1046/j.1440-172x.2003.00416.x>
- Mendonça, M. (2002). *Ensinar e aprender por projetos* (1ª ed.). ASA Editores II, S.A.
- Merriam, S. B., Caffarella, R. S., & Baumgartner, L. M. (2007). *Learning in adulthood: A comprehensive guide* (3rd ed.). Jossey-Bass.
- Montero, M., & Sonn, C. C. (2009). Psychological sense of community in a politically active community. *Journal of Community Psychology*, 37(6), 647–662. <https://doi.org/10.1002/jcop.20312>
- Norcross, J. C., & Wampold, B. E. (2018). A new therapy for each patient: Evidence-based relationships and responsiveness. *Journal of Clinical Psychology*, 74(11), 1889–1906.
- Nutbeam, D. (1998). Evaluating health promotion—progress, problems and solutions. *Health Promotion International*, 13(1), 27–44.
- Ponte, J. P., & Brunheira, L. (1998). *Investigar para aprender: Atividades de investigação na aula de matemática*. Ministério da Educação, Departamento de Educação Básica, Portugal.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American community*. Simon & Schuster.
- Reason, P., & Bradbury, H. (Eds.). (2008). *The SAGE handbook of action research: Participative inquiry and practice* (2nd ed.). Sage.

- Rogers, C. R. (1961). *On becoming a person: A therapist's view of psychotherapy*. Houghton Mifflin.
- Rubtsova, O. V., & Sidorov, A. V. (2017). "Special theatre" as a tool of social inclusion: Russian and international experience. *Cultural-Historical Psychology*, 13(1), 68–80. <https://doi.org/10.17759/chp.2017130107>
- Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press. <https://books.google.pt/books?id=Qm8H2cGZDuwC>
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto Editora.
- Smith, J. A. (2008). *Community development: Theory and practice* (2nd ed.). Routledge.
- Taylor, E. W. (2008). *Adult learning theories: A primer*. Peter Lang.
- Thomas, W. H., Lam, R. W., Nutt, D. J., & Thase, M. E. (2015). *The basics of project evaluation and lessons learned* (2nd ed.). Productivity Press. <https://doi.org/10.1201/b17345>
- Torre, M. E. (2009). Participatory action research and critical race theory: Fueling spaces for Nos-otros to research. *The Urban Review*, 41, 106–120. <https://doi.org/10.1007/s11256-008-0110-5>
- UNESCO Institute for Lifelong Learning. (2016). *3rd global report on adult learning and education: The impact of adult learning and education on health and well-being, employment and the labour market, and social, civic and community life*. UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245913>
- UNESCO Institute for Lifelong Learning. (2022). *5th global report on adult learning and education: Citizenship education: Empowering adults for change*. UNESCO Publishing. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381666>

- Viswanathan, M., et al. (2004). Community based participatory research: Assessing the evidence. Agency for Healthcare Research and Quality. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK11845/>
- Whitehead, D., Taket, A., & Smith, P. (2009). Action research in health promotion. *Health Promotion International*, 24(2), 177–187. <https://doi.org/10.1093/heapro/dap009>
- Wilkinson, J., Phelps, C., & Brook, J. (2021). The role of creativity in occupational therapy education. *British Journal of Occupational Therapy*, 84(1), 17–25. <https://doi.org/10.1177/0308022620950238>
- Wilson, R. D., & Davis, J. L. (2016). Transformative learning in adult education: A literature review. *Adult Education Quarterly*, 66(3).
- World Bank. (2011). Learning for all: Investing in people's knowledge and skills to promote development. <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/685531468337836407/learning-for-all-investing-in-peoples-knowledge-and-skills-to-promote-development-world-bank-group-education-strategy-2020-executive-summary>

APÊNDICES

APÊNDICE A – ABORDAGEM SOBRE A HABITAÇÃO.

A abordagem tem sido altamente eficaz em vários ambientes. Atualmente um programa nacional em 45 cidades, reconhece que a habitação estável é uma necessidade básica que deve ser satisfeita para que os inquilinos possam lidar com outros problemas, como a dependência ou a sua saúde mental (UNESCO, 2021). Este modelo tem uma eficácia especial porque oferece uma base estável a partir da qual as pessoas podem reconstruir as suas vidas e os seus serviços de necessidades especiais. Para além dos cursos de terapia cognitiva, o contacto contínuo com as populações permite-lhes uma maior integração na vida quotidiana e alargar as suas possibilidades de aprendizagem informal.

Esta abordagem holística tem as suas raízes na compreensão de que as pessoas em situação de sem-abrigo e a exclusão social são problemas complicados que exigem soluções a vários níveis. Proporcionar um alívio temporário por si só, ou apenas abordar algum sintoma da doença sem realmente ir atrás das suas causas profundas, não é solução nenhuma. Isto significa apelar a grandes mudanças estruturais, como mais habitação de baixo custo, maior disponibilidade de serviços de saúde mental e menos estigma e preconceito. Onde todos possam ser membros participativos da sociedade, onde todos possam ter uma palavra a dizer sobre o seu próprio desenvolvimento pleno, é do interesse de todos.

APÊNDICE B – CARTAZ

11 de Maio de 2024 – Sábado – 21h30

 Peça de Teatro

“Além do Palco: Um Novo Cântico de Inclusão”

Apresentação dos textos: *“Grito de Alma”*; *“Filho Pródigo”*

Auditório A LORD, em Lordelo Paredes

AJUDE-NOS A AJUDAR!
Donativos que reverte a favor das obras novo espaço:

ALORD COOPERATIVA

NOVUM CANAL

Sabor Campo

PsicoINTERVIR
• Psicologia
• Psicotécnicos
• Terapia da fala
Rua do Castelo 17-28
4410-006 (Lote 1) - Paredes
psicointervir@gmail.com

Construtora Futuro Tranquilo
Filipe Bessa
Construtor
Tlm. 913 528 242
Fimela Maria Costa, Lda - 4480 - 802 Duas Igrejas Paredes
futurotranquilo@hotmail.com

RC. CONTABILIDADE
ANA MENDES
Contabilista Certificada

Sandra Giesta
Contabilista Certificada - Região de Registo

MIGUEL PINHEIRO - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO AUTOMÓVEL UNIP, LDA

FARMÁCIA CENTRAL DE REBORDOSA

Farmácia Nogueira

Velvet Image

EPOCA
Associação de Comércio e Indústria
Lda - 4410-006 (Lote 1) - Paredes

Silclagem

moura
VENTILAÇÕES

MÁQUINAS SÃO MARCOS

S-PARTS

APÊNDICE C - CONVITE

The poster features a central white banner with black text, set against a background of red curtains and a stage. Below the banner, there are silhouettes of five diverse people. The text on the banner includes the title, author information, date, time, and location.

PEÇA DE TEATRO
**"Além do Palco:
Um Novo
Cântico de Inclusão"**
Apresentação dos textos: «Grito de Alma» ; «Filho Pródigo»

11 de Maio de 2024 | 21:30h
Auditório A LORD em Lordelo - Paredes

CONVITE

A Associação **"Um Novo Cântico"** & Casimiro Machado têm a honra de convidar V^o. Ex.^o para uma jornada teatral única e transformadora.

Junte-se a nós no espetáculo:
"ALÉM DO PALCO: UM NOVO CÂNTICO DE INCLUSÃO",
uma celebração da diversidade e da capacidade humana de superar e incluir.

Esta noite promete não apenas entreter, mas também inspirar e provocar reflexões profundas sobre a importância da inclusão em todos os aspetos da nossa sociedade.

Prepare-se para ser levado(a) em uma emocionante exploração das histórias não contadas e das vozes não ouvidas, desafiando as perceções e celebrando a rica tapeçaria da experiência humana.

Esta performance é um lembrete poderoso de que, no palco da vida, todos merecem ser vistos, ouvidos e valorizados. A sua presença será uma parte essencial desta noite de arte, empatia e união. Vamos juntos apoiar e promover um mundo mais inclusivo, começando pelo palco de **"Um Novo Cântico"**.

Aguardamos ansiosamente a sua presença para compartilhar este momento de inspiração.

APÊNDICE D - INÍCIO DO ESPETÁCULO



APÊNDICE E – CENAS DO ESPETÁCULO



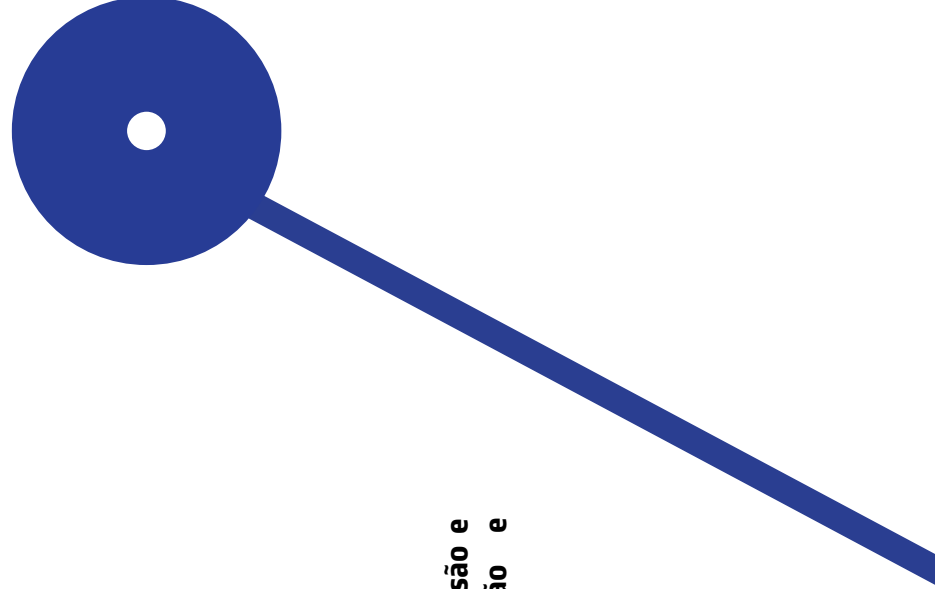






APÊNDICE F – AGRADECIMENTO AO PÚBLICO NO FINAL DO ESPETÁCULO





MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EDUCAÇÃO DE ADULTOS

**Além do palco: Um/a note/ada de inclusão e
resistência—Um projeto de Intervenção e
inclusão de adultos Institucionalizados**

Casimiro Aires Ferreira Machado